



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS – BACHARELADO

Tanyse Ribeiro Coimbra

O tradutor intérprete de Libras:
percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do
Maranhão – Cidade Dom Delgado

São Luis / MA

2018

Tanyse Ribeiro Coimbra

O tradutor intérprete de Libras:
percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do
Maranhão – Cidade Dom Delgado

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Audrei Gesser

São Luis / MA

2018

*À minha mãe e ao meu esposo, por estarem presente
e serem presença constante em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer sem recordar o que passou, sem me envolver com as lembranças dos dias, dos momentos vividos e das pessoas que sempre me ajudaram, incentivaram, apoiaram ou que simplesmente, através de seus ensinamentos/testemunhos, me fizeram acreditar que mesmo em meio as dificuldades é preciso “arregaçar as mangas” e seguir em frente com a certeza de que em tudo que acontece existe um propósito de Deus.

Ao longo desses quatro anos dedicados ao curso de Letras Libras Bacharelado, muitas pessoas de perto, de longe, que já estavam, que chegaram, que ficaram ou partiram, contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui: finalizar mais uma etapa de grandes aprendizados. Assim, reconhecendo a importância de cada uma delas em minha vida, só tenho a agradecer...

Primeiramente a Deus, ser perfeito, fiel e justo; à Santíssima Virgem Maria, por interceder sempre por mim. Ambos me fizeram forte quando pensei que não seria capaz de transpor as barreiras e vencer os desafios que surgiram durante esta jornada. *“Tuus totus ego sum, et omnia mea tua sunt!”*

À minha mãe, Maria de Fátima, por ser a melhor “pãe” que Deus poderia me dar. Agradeço por todos os conselhos, todos os ensinamentos. Agradeço por me amar sem medidas, por me educar no caminho da retidão e por ser um grande exemplo para mim. Não tenho palavras para expressar o quanto a amo!

Ao meu esposo, Mailson Melo, por todo o companheirismo, apoio, cumplicidade, amizade. A ele com quem divido toda a minha vida, por estar ao meu lado em todos os momentos, por me fazer sonhar (e sonhar junto comigo!) e desejar tudo que parecia impossível... por me fazer feliz todos os dias. Eu o amo muito mais hoje do que ontem!

Aos meus irmãos: Patrícia, Luciana e Matheus. Pessoas fundamentais em minha vida. Por tudo que já vivemos juntos e por todos os motivos pelos quais tenho orgulho em chamá-los de irmãos. Amo muito cada um deles!

A todos os meus sobrinhos, em especial, Alexandre e Cecília Maria. Amores da minha vida, meu sentir mãe sem ainda ter sido. Agradeço por ter vocês e os amo infinitamente!

A toda a minha família, especialmente: Meu pai (em memória), Nonato Coimbra, por me ensinar que nunca é tarde para fazer a diferença na vida de alguém... quantas saudades! Maria Dalva, minha avó, por ser uma fortaleza! Lúcia de Fátima, pelo testemunho de vida e por sempre se colocar no lugar do outro. Que orgulho em ser sua sobrinha! Tia Dalvinha, pelo apoio nos momentos difíceis; Vovó Dolores (em memória) por tudo que me ensinou; Neto Ribeiro, meu padrinho, por ser um ser humano admirável; José Luis e Joaquina por serem exemplos de servir e amar a Deus sobre todas as coisas; Ana Maria, minha segunda mãe, a quem tenho muito respeito e admiração; a todos os meus cunhados e cunhadas.

À Ediane Silva, por ser presente mesmo quando ausente, pela amizade que me devota, por me incentivar sempre!

À professora Audrei Gesser, minha orientadora, por todas as discussões e contribuições para o desenvolvimento desse trabalho e a todos os docentes da Universidade Federal de Santa Catarina que, brilhantemente, contribuíram para a construção de aprendizagens significativas.

Aos alunos do polo São Luis (2014.2), em especial: Camila Cunha, Elys Silva e Licia Azevedo, pela amizade que já existia antes do curso, por compartilharmos as dificuldades, as conquistas, pelo apoio, pelo incentivo, por finalizarmos mais essa etapa juntas! Que bom tê-las ao meu lado nesse momento!

A aqueles que estiveram presentes em todas as aulas: Andrea Rejane e Lea Cristina, tutoras do polo São Luis, por todas as contribuições, por todo empenho, paciência, responsabilidade e compromisso; Professora Maria Nilza (coordenadora do polo), Valdenira Pereira (Val) e Leonardo Mesquita, pessoas admiráveis.

Por fim, não menos importante, à Universidade Federal do Maranhão, instituição em que trabalho e que tornou possível a tessitura dessa pesquisa. Agradeço principalmente a todos os colegas do Núcleo de Acessibilidade, em especial, aos tradutores intérpretes de Libras (é sobre eles que incidem os olhares dessa pesquisa) e a professora Maria da Piedade; aos docentes e discentes surdos e ouvintes que participaram deste estudo.

Agora sim posso dizer: valeu a pena cada dia vivido!

“... se traduzir dependesse simplesmente de decorar algumas regras e de conhecer uma língua estrangeira, há muito tempo as máquinas de traduzir já teriam conseguido substituir o homem.”

(Rosemary Arrojo)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender as diferentes percepções sobre a atuação do tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS) no ensino superior da Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado. Para isso, optou-se por um estudo exploratório com abordagem predominantemente qualitativa e com aplicação de questionários para tradutores intérpretes, docentes, discentes surdos e ouvintes, buscando identificar os olhares desses participantes em relação ao TILS, reconhecendo a importância do desenvolvimento de relações saudáveis entre esse profissional e os demais sujeitos com quem ele convive em sala de aula, analisando os possíveis entraves que dificultam a sua ação para possibilitar mudanças, ou seja, novos olhares que valorizem a sua prática e, conseqüentemente, contribuam para a melhoria do processo educativo dos discentes surdos. Para os alunos surdos, utilizou-se a Libras na aplicação dos questionários através de vídeo chamada pelo WhatsApp e as respostas foram transcritas para a Língua Portuguesa. É importante ressaltar que os objetivos propostos foram atingidos e que houve a confirmação de que ainda faltam informações sobre os aspectos inerentes à atuação do TILS, mas não foi provado que há ausência de entendimento do próprio tradutor intérprete sobre sua prática, pois todos os participantes têm conhecimento das peculiaridades do seu trabalho. Por fim, as percepções apresentadas ao longo desta pesquisa são importantes para compreender como se dá a presença do tradutor intérprete de Libras no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão e possibilitam que esta instituição tenha um olhar mais humanizador sobre esse profissional.

Palavras-chave: Tradutor intérprete de Libras. Educação de surdos. Ensino superior. UFMA

ABSTRACT

This research aims to understand the different ideas about Brazilian Sign Language (known as “Libras) performance of interpreter in Federal University of Maranhão – Dom Delgado City. Thus, it is an exploratory study with qualitative approach and with the questionnaires application for interpreters, teachers, students, deaf and listener, identifying the opinions of participants to Brazilian Sign Language interpreter, recognizing the importance of the development of their relationships between this interpreter and the other people that live together in the classroom, analyzing the problems that get hard the changes actions, this is, new ways to get better their performance and in the deaf students education process. For them, it was used Brazilian Sign Language in the questionnaires application through the WhatsApp video and as being copied in the Portuguese language. It is important to focus that the proposed goals have been achieved and there some aspects about the performance of interpreter have not resolved, but it has not proved that there was no understanding of the translator and practice of interpreter, because all participants know their peculiarities job. Lastly, the perceptions of this search are important for understanding the Sign Language interpreter presence in higher education at the Federal University of Maranhão and it possibilities that this University is going to have a new kind conception about this professional.

Keywords: Brazilian Sign Language Interpreter. Education of deaf. Higher education. UFMA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Formação do TILS.....	26
Gráfico 2	-	Quantidade de tempo que atua no ensino superior.....	27
Gráfico 3	-	Idade dos alunos ouvintes.....	28
Gráfico 4	-	O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo?.....	32
Gráfico 5	-	Ação do TILS ao observar as dificuldades do aluno surdo.....	36
Gráfico 6	-	Embate com o TILS.....	44
Gráfico 7	-	Como é vista a presença do TILS no ensino superior.....	50
Gráfico 8	-	Relação aluno ouvinte x TILS.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	A percepção do TILS sobre si mesmo no ensino superior.....	32
Quadro 2	-	Como o TILS se sente em relação aos olhares na sala de aula.....	33
Quadro 3	-	Dificuldades encontradas na atuação no ensino superior.....	36
Quadro 4	-	Inquietação sobre a atuação no ensino superior.....	39
Quadro 5	-	Contribuição do docente para incluir o aluno surdo no ensino superior.....	40
Quadro 6	-	O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno?.....	42
Quadro 7	-	Inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior.....	45
Quadro 8	-	Repassar os conhecimentos e as informações durante as aulas.....	47
Quadro 9	-	Embate com o TILS.....	48
Quadro 10	-	Inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior.....	49
Quadro 11	-	Repassar os conhecimentos e as informações durante as aulas.....	51
Quadro 12	-	O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo?.....	52

LISTA DE SIGLAS

CEGEL	Complexo Educacional de Ensino Médio Governador Edson Lobão
CEJOL	Centro de Ensino João Francisco Lisboa
CF	Constituição Federal
ES	Ensino Superior
EUA	Estados Unidos da América
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IES	Instituição de Ensino Superior
ILS	Intérpretes de Língua de Sinais
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
MEC	Ministério da Educação
NUACE	Núcleo de Acessibilidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC TAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RID	Registro dos Intérpretes para Surdos
SEGEP	Secretaria de Estado de Gestão e Previdência
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TILS	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
LSB	Língua de Sinais Brasileira

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	CONTEXTO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL.....	14
2	INCLUSÃO: DEMANDA DA ENTRADA DE TRADUTORES INTÉRPRETES NO ENSINO SUPERIOR.....	18
	2.1 Primeiros passos: desafios e conquistas.....	18
	2.2 O ensino superior e o aluno surdo.....	20
	2.3 Tradutores intérpretes de Libras no ensino superior.....	21
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	25
	3.1 Descrição do contexto investigado.....	25
	3.2 Perfil dos participantes da pesquisa.....	26
	3.3 Metodologia aplicada na pesquisa.....	29
4	INTERPRETAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	31
	4.1 Questionário aplicado aos tradutores intérpretes de Libras.....	31
	4.2 Questionário aplicado aos professores.....	39
	4.3 Questionário aplicado aos alunos surdos.....	46
	4.4 Questionário aplicado aos alunos ouvintes.....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICES.....	65

INTRODUÇÃO

A atuação do tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS) trouxe avanços significativos para a educação de surdos, esta que sempre foi marcada pela exclusão, discriminação e opressão.

Estudos demonstram que somente após o reconhecimento da Libras como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, em 2002¹, o TILS ganhou maior espaço e notoriedade, impulsionando assim a luta por sua profissionalização.

Na educação, precisamente no ensino superior, a presença do tradutor intérprete se explica em virtude da existência de uma política inclusiva fundamentada na filosofia bilíngue² que, com base também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), torna obrigatório a criação de cargos para provimento desses profissionais nas universidades com o objetivo de propiciar ao aluno surdo um atendimento que garanta a acessibilidade linguística. É nesse contexto que há a tessitura desta pesquisa, uma vez que este trabalho aborda aspectos referentes ao tradutor intérprete de Libras no âmbito do ensino superior na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Cidade Dom Delgado.

O interesse por estudar essa temática surgiu das experiências e inquietações decorrentes da atuação em cursos superiores da UFMA como tradutora e intérprete educacional. Assim, a proposta desta pesquisa é conhecer e compreender as diferentes percepções que envolvem a atuação do TILS nos cursos de Design, Farmácia, Odontologia e Turismo da UFMA, em São Luis, tendo em vista que a presença do tradutor intérprete nesses cursos fez surgir questões pontuais, entre elas, quais os olhares que envolvem a atuação do TILS? Faltam informações sobre os aspectos inerentes à ação do mesmo? Há ausência de conhecimento do próprio tradutor intérprete sobre sua atuação?

Para isso, busca-se entender a geografia dos discursos, reconhecendo a importância do estabelecimento de relações saudáveis entre o TILS e os outros agentes com quem ele convive em sala de aula, analisando os possíveis entraves que dificultam a sua ação para possibilitar mudanças, ou seja, novas percepções que, de fato, valorizem esse profissional e,

¹A Língua de Sinais Brasileira foi reconhecida como forma de comunicação de acordo com a Lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002.

²Para Quadros (2000, p.54), ao mencionar a filosofia bilíngue se reconhece “as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

consequentemente, contribuam para a melhoria do processo inclusivo e educativo dos alunos surdos.

Dessa forma, optou-se em fazer primeiramente uma retrospectiva do contexto histórico da atuação do tradutor intérprete de Libras educacional apresentando informações referentes a realidade de outros países e do Brasil, evidenciando também a realidade do Maranhão.

Em seguida, decidiu-se explicar a relevância da inclusão como fator que impulsionou a entrada de tradutores intérpretes no ensino superior, ressaltando a importância do aluno surdo para atuação desse profissional, apresentando leis, decretos, portarias, entre outros documentos que tratam como obrigatoriedade a construção de um ambiente realmente inclusivo onde o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades.

Logo depois, instituiu-se a abordagem metodológica da pesquisa, descrevendo o contexto investigado, o perfil dos participantes que dão voz aos olhares sobre a prática do tradutor intérprete, além de apresentar a metodologia aplicada neste estudo.

Por fim, como parte central da pesquisa, apresentou-se a interpretação das percepções dos agentes pesquisados, após análise dos questionários aplicados³, com a finalidade de compreender o que presumem os tradutores intérpretes de Libras, os professores, os alunos surdos e os alunos ouvintes acerca do trabalho do TILS na UFMA.

³Para esta pesquisa foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. cópia apresentada no “APÊNDICE A”), e todos os participantes concordaram. Além disso, os nomes de cada um deles foram alterados para resguardar a identidade e privacidade dos mesmos.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL

A profissão do tradutor intérprete de Língua de Sinais (TILS) é relativamente nova e é demandada em diversos países por conta das políticas de inclusão de/para pessoas surdas. Se olharmos o panorama histórico, veremos que em cada país existe um contexto particular que remete a constituição da identidade desse profissional.

Em linhas gerais, o início das ações desenvolvidas pelo TILS deu-se a partir de atividades voluntárias (QUADROS, 2004; SANTOS, 2006) que, somente após os surdos adquirirem notoriedade na sociedade, além do reconhecimento da Língua de Sinais em cada país, foram sendo entendidas como uma prática laboral de suma importância para garantia do acesso a comunicação. De acordo com Keli Silva (2013),

devido ao fato de que a surdez durante muito tempo ter sido associada à deficiência, doença, falta, incapacidade, as línguas de sinais foram marginalizadas e os surdos proibidos de usá-la como ferramenta de comunicação. Assim, o advento do intérprete enquanto profissional bem como dos estudos relacionados à sua atuação/formação começaram a ser realizados somente nas últimas décadas. (SILVA, 2013. p. 36).

Além da referida autora, outros estudiosos também colaboram para o entendimento de que ainda falta informações sobre o tradutor intérprete e que a identidade do mesmo está em processo de construção, dado que a ascensão profissional e os estudos sobre a história dele ainda é muito recente (MARTINS, 2009; SILVA, D., 2013).

Ainda que as pesquisas sobre os aspectos inerentes aos tradutores intérpretes de Libras tenham começado a ser desenvolvidas nas últimas décadas, há muito tempo já existia a atuação dos mesmos, visto que Quadros (2004, p. 14) afirma que nos Estados Unidos (EUA), em 1815, em consequência da presença do surdo francês Laurent Clerc que objetivava promover a educação dos surdos, Thomas Gallaudet atuou como intérprete. A partir desse momento, nos EUA, pessoas voluntárias, sem formação, intermediavam a comunicação para os surdos de maneira muito restrita. Anos depois, em 1964, surgiu a organização nacional de intérpretes, hoje conhecida como Registro dos Intérpretes para Surdos (RID). Essa organização constituiu algumas regras para a prática do TILS que, ao longo do tempo, foram aperfeiçoadas, mas sempre visando o desenvolvimento qualitativo dos mesmos. Na área da educação, Stewart et al. (1996) afirmam que em 1989 “mais de um terço dos graduados nos

cursos de formação de intérpretes são empregados em escolas públicas. Mais da metade dos intérpretes estão atuando na área da educação”.

Outro cenário de grande importância para a gestação do TILS foi a Suécia, onde a atuação deles iniciou-se por volta de 1875, final do século XIX, a partir de atividades de cunho religioso que, ao longo do tempo, ganharam espaço. Sendo assim, Quadros (2004, p. 13-14) explica que no ano de 1938 o parlamento sueco criou cinco cargos de conselheiros para pessoas surdas, tal ato fez com que, em 1947, mais 20 pessoas assumissem a função de intérprete.

Situação interessante que também ocorreu na Suécia, diz respeito ao fato de que em 1968 o parlamento decidiu, após pressão da associação nacional de surdos, que todos os surdos teriam acesso aos TILS sem nenhum tipo de ônus. Nesse mesmo ano, aconteceu o primeiro curso de treinamento de intérpretes organizado pela associação em parceria com as comissões nacionais para o mercado de trabalho e educação. Já em 1981, houve a determinação que em cada conselho municipal deveria ter um setor com TILS para a acessibilidade do surdo.

No Brasil, a atividade do intérprete de Língua de Sinais começou na década de 80 também em trabalhos religiosos que, segundo Santos e Masutti (2008),

nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país. (SANTOS; MASUTTI, 2008. p. 153).

Pode-se então fazer uso da expressão “sink or swim” (“afogue-se ou nade”) traduzida por Pagura (2003, p. 216) ao tratar da atividade dos tradutores de línguas orais, pois da mesma forma que eles, o TILS também não recebia nenhuma orientação sobre como deveria ser a sua atuação. Mas essa situação começou a ser modificada após o I e o II encontro nacional de intérpretes de Língua de Sinais, ambos organizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), respectivamente, em 1988 e 1992. De acordo com Quadros (2004, p. 14-15), o primeiro encontro oportunizou o contato entre intérpretes de diferentes estados, além de ter permitido a avaliação sobre questões éticas profissionais. Já o segundo, possibilitou a troca de experiências entre os TILS, a construção e a votação do regimento interno do departamento nacional de intérpretes.

Santos e Masutti (2008) citam outros eventos que também contribuíram para construção identitária do tradutor intérprete, entre os quais,

I Encontro Nordestino de Intérpretes de Libras, realizado em João Pessoa, em 1998; I Seminário de Intérpretes, realizado em São Paulo, em 2001; I e II Encontro de Intérpretes do estado de Santa Catarina, realizados em Florianópolis, respectivamente, no ano de 2004 e 2005. (SANTOS; MASUTTI, 2008, p. 158).

É importante mencionar que na década de 90, a FENEIS estabeleceu várias unidades de intérpretes atreladas a ela, contribuindo para a padronização do atendimento.

Além das contribuições acima e das lutas dos surdos para assegurar seus direitos, convém destacar a importância do reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira (LSB) como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, a partir da Lei nº 10.436/02 regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, assim como da Lei nº 12.319/10 que dispõe sobre a regulamentação da profissão do tradutor intérprete de LSB, para a aceitação e visibilidade do TILS em diferentes espaços, destacando-se, principalmente, o campo da educação.

Desse modo, levando-se em conta a realidade brasileira onde há a presença de discentes surdos em escolas e universidades, tanto públicas quanto privadas, não seria possível garantir o acesso e a permanência desses alunos, conforme determinam as leis, sem que existisse o tradutor intérprete educacional, mas não apenas ele.

Sobre isso, Lacerda (2013) explica que:

[...] a presença de um Tils não garante que questões metodológicas sejam consideradas e também não existe garantia de que o espaço socioeducacional em um sentido mais geral seja adequado, pois a criança surda poderá permanecer às margens da vida escolar [...]. (LACERDA, 2013, p.34).

No Maranhão, precisamente em São Luis, o exercício do tradutor intérprete também emergiu por meio de atividades religiosas. Sousa (2010) destaca que após um curso de mímica para jovens batista ofertado pela missionária americana Lois Broughton, em 1985, Valéria Cardoso Ewerton deu continuidade ao aprendizado adquirido e, no ano de 1993, ministrou o primeiro curso de Libras para docentes da rede estadual.

Ainda de acordo com Sousa (2010), a presença do TILS no contexto educacional ocorreu em virtude da existência de quatro alunos surdos na antiga 5ª série no Complexo Educacional de Ensino Médio Governador Edson Lobão (CEGEL, atual Centro de Ensino João Francisco Lisboa – CEJOL), porém com apenas uma única intérprete, Irene Santos Cabral. Mas, em 1999, devido ao aumento do número de discentes surdos nessa escola, foi necessário que outras professoras saíssem da sala especial para atender essa nova demanda.

O quantitativo de surdos cresceu significativamente em escolas estaduais e necessitava do atendimento do tradutor intérprete, por isso, em 2009⁴, a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência (SEGEP) realizou concurso público com vagas de nível médio e superior para os cargos de professor intérprete e instrutor de Libras, anteriormente inexistentes. Além disso, em 2015⁵ novas vagas para os cargos criados em 2009 foram ofertadas.

Na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o tradutor intérprete começou a desenvolver suas funções em 2005⁶ no curso de Pedagogia que contava com quatro alunos surdos. Na primeira semana não havia intérpretes, mas os alunos que já atuavam na área se sensibilizaram e interpretaram para que os surdos participassem do processo. Entretanto, perceberam que era impossível fazer as duas coisas ao mesmo tempo e, então, a UEMA precisou contratar TILS para a execução da interpretação e tradução em sala de aula.

Na Universidade Federal do Maranhão, após o processo seletivo para admissão de novos alunos em 2008⁷, um aluno surdo foi aprovado para o curso de Ciências Contábeis. Nesse momento, a universidade precisou contratar duas tradutoras intérpretes para atendê-lo. No ano seguinte⁸, a UFMA disponibilizou cinco vagas de nível médio para TILS por meio de concurso público e mais seis em 2013⁹.

Em 2014, a UFMA tornou-se polo do curso de Letras Libras na modalidade à distância com 60 vagas, 30 para bacharelado e 30 para licenciatura, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), caracterizando-se como um grande marco para a profissionalização e capacitação de TILS e professores de Libras. Já no ano de 2015, foi criado o curso de Letras Libras na modalidade presencial.

Assim, percebe-se que, apesar dos avanços e das lutas em prol da profissionalização do TILS, ainda há muito a ser conquistado para que haja a valorização e visibilidade/conhecimento da atuação desse profissional.

⁴*Edital n° 01/2009 - de abertura de inscrições - 06/10/09.* Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/seduc-secretaria-estadual-de-educacao-ma-5320-vagas>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

⁵*Edital de concurso público SEGEP n°. 001 de 06/11/2015.* Disponível em: <http://www.ma.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Edital_001_SEGEP-SEDUC_2015.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

⁶Relatos orais.

⁷*Resultado vestibular 2008.* Disponível em: <https://ayres1000.files.wordpress.com/2008/02/res_vest_2008_primeira_etapa.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

⁸*Edital GR 1/2009, de 16 de janeiro de 2009.* Disponível em: <http://www.prh.ufma.br/edital2009.PDF>. Acesso em 9 abr. 2018.

⁹*Edital PRH n° 1/2013, de 13 de dezembro de 2013.* Disponível em: <<http://www.concursos.ufma.br/editais/0613.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

2 INCLUSÃO: DEMANDA DA ENTRADA DE TRADUTORES INTÉRPRETES NO ENSINO SUPERIOR

Ainda hoje, um dos grandes desafios educacionais é garantir o direito à educação para todos (Art. 205 da Constituição Federal, 1988). Tal fato perpassa pelas estratégias de acesso e permanência dos discentes, uma vez que de acordo com Coimbra (2012, p. 22), o Art. 205 da Constituição Federal (CF) “deixa claro que não há exceções para que o direito a educação seja assegurado e/ou garantido”. Assim, é preciso que as instituições levem em consideração as necessidades de cada aluno.

Sobre a inclusão educacional de discentes com necessidades especiais, leis, decretos, portarias, entre outros, favorecem o entendimento de que é preciso construir ambientes educacionais em que cada aluno se sinta incluído com possibilidades para desenvolver aprendizagens significativas e estímulo das potencialidades de cada um deles.

2.1 Primeiros passos: desafios e conquistas

Ao contrário do que se propaga, o sistema de ensino sempre foi um instrumento ideológico do estado¹⁰ pois, apesar dos discursos humanizadores, práticas alienantes continuam presentes nos espaços educacionais, bem como as desigualdades sociais.

A respeito dessa temática, Gurgel (2010, p. 16) destaca que os estudos de Bourdieu já apontavam que os menos favorecidos e os diferentes ficavam a margem, ou seja, eram excluídos no contexto educacional. Fato também encontrado em Nogueira e Nogueira (2002):

onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 17).

Por conseguinte, todos aqueles que não pertenciam as classes sociais dominantes eram vítimas do fracasso escolar, em virtude do ensino ser planejado para o sucesso apenas dos mais abastados e esquecendo-se de que, antes mesmo da CF de 1988 (primeiro documento

¹⁰ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

brasileiro que trata sobre o direito à educação), a Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), já proclamava a igualdade de todas as pessoas, independente das origens e das diferentes condições econômicas, sociais e de aprendizagem.

Em 1994, a Declaração de Salamanca¹¹ defendeu a inclusão social e educacional dos grupos minoritários, reafirmando “o compromisso para com a Educação para Todos [...] dentro do sistema regular de ensino” (ONU, 1994).

A inclusão também se encontra fundamentada na LDB (Lei nº 9.394/96). No Art. 58, ela estabelece que a educação escolar dos alunos com necessidades especiais, deve “ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”.

Com base nos documentos acima e a partir dos movimentos sociais¹² após a década de 90, a luta por uma política educacional inclusiva para alunos com necessidades especiais, entre eles o discente surdo, foi se fortalecendo.

No ano de 2015, a Lei nº 13.146 “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, com objetivo de, segundo o Art. 1º, “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Assim, os programas de educação especial que anteriormente eram tidos como algo favorável ao desenvolvimento, começavam a ser pensados como uma forma segregacionista, por isso passaram a ser desvalorizados.

De acordo com Blanco e Glat (2007),

A Educação Especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino [...]. Nas últimas décadas, em função de novas demandas e expectativas sociais, aliadas aos avanços das ciências e tecnologias, os profissionais da Educação Especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses educandos pelos sistemas de ensino. Esse processo vem se acelerando, sobretudo, a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz prioritária [...]. (BLANCO; GLAT, 2007, p. 15-16).

¹¹Documento organizado em 1994, durante a Conferência Mundial relacionada à Educação Especial na cidade de Salamanca - Espanha, que objetivava conceder as normas básicas para a construção e transformação de políticas voltadas para a educação com base nos pressupostos da inclusão social. (MENEZES, 2001).

¹²De acordo com DEIMLING e MOSCARDINI (2012), os movimentos sociais, “mesmo antes das iniciativas legais do poder público, tiveram como protagonistas os grupos organizados de pais ou mesmo de sujeitos com diferentes tipos de deficiência, que se reuniram com o objetivo de discutir propostas e planos de ação, visando à luta por seus direitos”.

Nesse sentido, a educação inclusiva deve possibilitar o ingresso e a permanência do aluno surdo na escola, objetivando o seu sucesso em virtude do atendimento às suas particularidades de aprendizagem e mais centrada em um modelo socioantropológico pois, segundo Quadros (2008, p.16), é interessante pensar na Língua de Sinais “como língua de instrução; no português, como segunda língua, na importância do processo coletivo de ensinar e aprender com o outro igual, ou seja, a troca entre os pares surdos”.

2.2 O ensino superior e o aluno surdo

A inclusão tem se constituído, de acordo com Prieto (2006),

pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p. 40).

A ruptura de que trata Prieto (2006), pode ser entendida como uma forma de romper com os padrões já existentes com vistas a construção de algo novo. No caso dos surdos, deve-se considerar a inclusão em uma perspectiva bilíngue pautada na valorização de suas especificidades, sendo assegurado a eles, segundo o Art. 28, inciso IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), “a oferta da educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

Ainda de acordo com a LBI, por ser assegurado ao discente surdo o direito à educação, é necessário que haja um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (Art. 28, I). Além disso, se faz necessário a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (Art. 28, XI) e a garantia de “acesso à educação superior [...] em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (Art. 28, XIII).

A LBI, ao estabelecer os direitos acima, possibilita ao surdo o ingresso em todos os níveis de ensino, como por exemplo, no ensino superior. Porém, de acordo com Gurgel (2010, p. 15), “sabe-se que para ingressar no ES, as vagas são restritas e uma pequena parte da população é que tem acesso a este nível de ensino”.

A Lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), menciona que em 1998 não existiam dados sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior e recomendou que em virtude da “insignificante atuação Federal” nessa área, houvesse uma atuação mais eficaz da União, tendo em vista que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001).

O ministro da educação, através da Portaria nº 3.284/03, resolve que as instituições de ensino superior, para garantir a acessibilidade do surdo, têm a obrigação, quando solicitado e até a conclusão do curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado; d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva. (Art. 2ª, § 1º, III).

Convém ainda dizer que o Decreto nº 5.626/05 normatiza que é responsabilidade das instituições federais de ensino a oferta dos serviços do TILS nas salas de aula e em todo contexto educacional.

Dados do Ministério da Educação (MEC) demonstram que, no ano de 2003, haviam apenas 665 alunos surdos matriculados no ensino superior na rede privada e pública. No ano seguinte, 974 e, em 2005, o número de matrículas aumentou para 2.428 (BRASIL, 2006).

Percebe-se então que os surdos vêm conquistando, ainda que de forma tímida, seu lugar nas universidades e que é função destas oferecer a eles as condições necessárias para que concluam o curso, como por exemplo, a disponibilização do TILS.

2.3 Tradutores intérpretes de Libras no ensino superior

A presença do tradutor intérprete no ensino superior, profissão em processo de ampliação, se justifica em virtude de uma política inclusiva pautada na filosofia bilíngue que, baseada na explicação da Portaria nº 3.284/03, cabe às instituições de ensino superior (IES) propiciar ao surdo o atendimento do TILS (Art. 2ª, § 1º, III, a), “condicionada à criação dos cargos correspondentes e à realização regular de seu provimento” (Art. 2ª, § 2º).

Lacerda (2010) esclarece que o TILS é:

fundamental para mediar o acesso aos conhecimentos para alunos surdos, conforme prevê o Decreto 5.626. Nesta direção, torna-se fácil compreender a demanda crescente por este profissional, já que muitos surdos ingressam a cada ano nas escolas, além daqueles que estavam fora dela por não terem como avançar em seus estudos e conhecimentos em um projeto educacional monolíngue. (LACERDA, 2010. p. 137)

Outrossim, a necessidade da atuação desse profissional nas IES surge à medida que os surdos ingressam na universidade, fazendo com que as instituições, muitas vezes após pressão da comunidade surda ou em obediência à determinações judiciais, selecionassem pessoas a partir de contratos de trabalho sem saber se tinham competência e formação para a tradução e interpretação, pois o que realmente valia era o comparecimento deles nas salas de aula dos cursos que tinham alunos surdos.

Para Lacerda (2010, p. 140), “tornou-se comum pessoas sem formação no nível superior atuarem como intérpretes neste nível de ensino, ou ainda, não terem formação específica nas áreas de conhecimento em que atuavam”. Mas a preocupação com a formação do TILS para atuar no ensino superior é apresentada no Decreto nº 5.626/2005, conforme abaixo:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil: I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior; II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental. (BRASIL, 2005).

A leitura do artigo acima demonstra que o TILS precisa ter formação em nível superior em tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa e que, caso não exista pessoas com esta formação, a atuação em cursos superiores será por um profissional de nível superior com habilidade e fluência nas duas línguas.

A LBI, em conformidade com o Decreto nº 5.626/05, aborda que os TILS, “quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (BRASIL, 2015; Art. 28, § 2º, II).

Em obediência à determinação do decreto, da LBI e após “ação por parte de alguns candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes, uma vez que a Licenciatura dava prioridade aos candidatos surdos” (QUADROS; STUMPF, 2014. p. 11), o primeiro curso superior em tradução e interpretação foi ofertado pela UFSC em 2008, contribuindo para o desenvolvimento profissional do TILS e estabelecendo-se como uma grande referência na área dos estudos da Língua de Sinais Brasileira.

Ao analisar o Lei nº 12.319/10, verifica-se que o artigo que tratava sobre a formação específica do TILS em nível superior, simplesmente foi vetado com a justificativa de que o mesmo feria o Art. 5º, inciso XIII da CF. Ora, o artigo que supostamente estaria sendo violado, explica que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Logo, não se compreende o motivo do veto, pois o Art. 3º da Lei nº 12.319/10 estabelece o mesmo requisito apresentado no Decreto nº 5.626/2005 e na LBI nº 13.146/2015 ao dizer que:

Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa: I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015; II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei. (BRASIL, 2010. vetado).

Tal situação colaborou para que a formação em nível médio ou em qualquer licenciatura continuasse a ser exigência para atuação do tradutor intérprete de Libras. Mas isso não é suficiente, tendo em vista que a interpretação requer do TILS as seguintes competências, exemplificado por Roberts (1992 apud Quadros, 2004. p. 73 - 74):

(1) competência lingüística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as idéias principais das idéias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso). (2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo. (3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e

usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro. (4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada. (5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo). (6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário. (QUADROS, 2004).

Em outras palavras, o ato de traduzir e interpretar no ensino superior, requer muito mais do que saber e/ou ter fluência nas línguas envolvidas; o tradutor intérprete tem a responsabilidade de tornar acessível conteúdos complexos e imprescindíveis para a formação profissional do estudante surdo que, com base em Martins (2008, p.108), quando este aluno surdo é “cativado pelas mãos do intérprete, mãos que dão forma aos conteúdos anunciados pelo professor ouvinte, o surdo vai partilhando do acontecimento educativo”.

Igualmente importante é que o discente surdo tenha domínio das línguas envolvidas e sobre a sua área de conhecimento para contribuir com a qualidade do desenvolvimento da interpretação, dito por Santos (2006),

No Ensino Superior, a presença dos ILS tem aumentado significativamente face à demanda dos alunos surdos, na graduação, no mestrado, no doutorado nas universidades brasileiras. Nesse espaço, os ILS estão constituindo seu papel enquanto profissionais da tradução e da interpretação, pois lhes são exigidos conhecimentos lingüísticos, culturais, éticos altamente complexos. A constituição lingüística é parte da identidade profissional que os ILS vêm construindo [...]. (SANTOS, 2006, p. 53).

Dessa forma, pode-se afirmar que: “quanto mais se reflete sobre a presença do ILS, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação” (PERLIN, 2006. p. 138). Tais considerações possibilitam suscitar que, apesar das conquistas que vem adquirindo, o TILS ainda tem muitas barreiras para transpor, entre elas, a luta pela valorização de sua atuação, reconhecimento da importância da sua função, além da busca por melhores condições de trabalho.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1 Descrição do contexto investigado

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado, localizada na Av. dos Portugueses, 1966 – Bacanga, CEP: 65080-805, em São Luis – Maranhão e tem como reitora a professora Nair Portela.

Fundada em 1966, a UFMA tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luis do Maranhão, criada no ano de 1953, por ação da Academia Maranhense de Letras, da Arquidiocese de São Luis e da Fundação Paulo Ramos (UFMA, 2018).

A UFMA, que atualmente conta com 9 campus (São Luis, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas), teve na figura de Dom José de Medeiros Delgado um grande incentivador e, por assim dizer, o sacerdote responsável pela fundação efetiva da mesma a partir da criação da Fundação Universidade do Maranhão em 1966. Por conta da grande importância de Dom Delgado, em 2015, o então reitor, professor Natalino Salgado, propôs que o campus localizado no bairro do Bacanga passasse a ser chamado Cidade Dom Delgado.

O campus Dom Delgado possui quatro centros: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET; Centro de Ciências Humanas – CCH e Centro de Ciências Sociais – CCSO. Os cursos pesquisados (Design, Farmácia, Odontologia e Turismo) estão inseridos no CCET, CCBS e CCSO.

Os alunos surdos dos cursos acima são atendidos pelo Núcleo de Acessibilidade (NUACE), criado a partir do Programa Incluir. Este programa tem o objetivo de:

fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BRASIL, 2018).

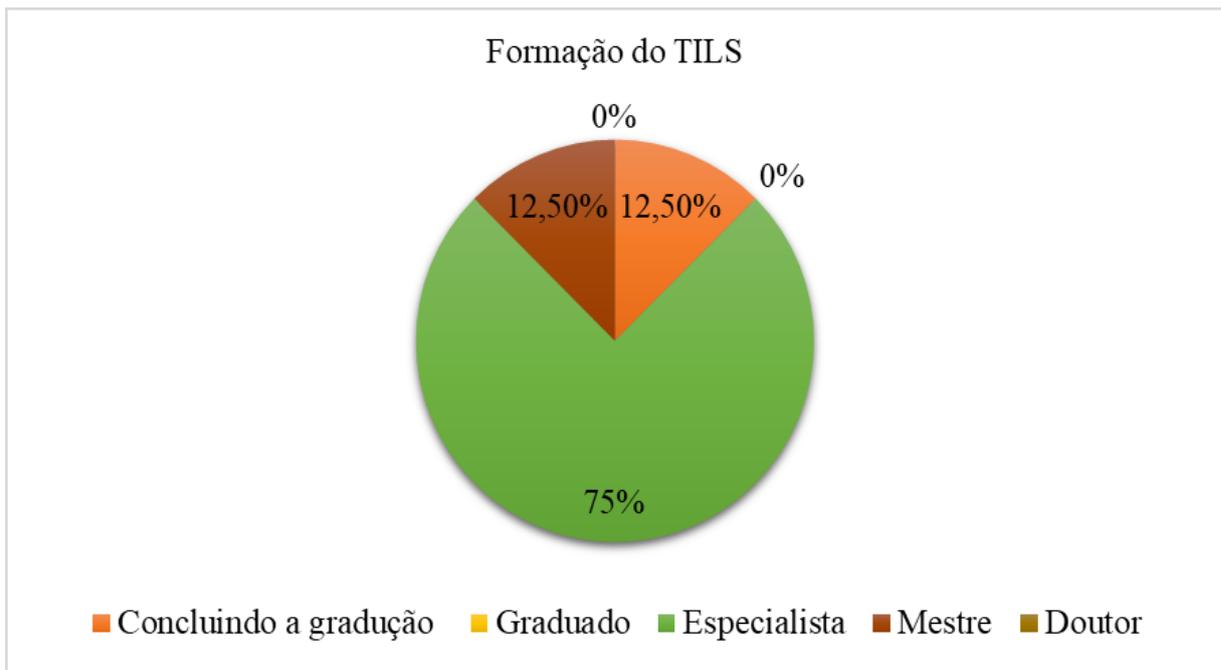
Assim, a Cidade Dom Delgado tem o NUACE coordenado pela professora Maria da Piedade Oliveira Araújo e se constitui como um espaço extremamente importante para que os estudantes com necessidades especiais, entre os quais, o aluno surdo, possam ingressar, permanecer e finalizar o curso com igualdade de condições e é nesse núcleo que está o sujeito que motivou o desenvolvimento dessa pesquisa: o tradutor intérprete de Libras.

3.2 Perfil dos participantes da pesquisa

A amostra da pesquisa foi constituída por oito tradutores intérpretes, oito docentes, três discentes surdos e oito discentes ouvintes. Cada um deles contribuiu para a tessitura das percepções sobre o tradutor intérprete de Libras que atua no ensino superior da Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado.

Os TILS que aceitaram participar da pesquisa, tiveram suas identidades preservadas e foram chamados de: T1, T2, T3, T4, T5, T6, T7 e T8. Cada um deles respondeu quatorze perguntas para ser possível conhecer o que pensam sobre a atuação deles mesmos no ensino superior. Eles atendem os cursos de Design, Farmácia, Odontologia e Turismo. Entre eles, um tem mestrado (T3), seis possuem especialização (T1, T2, T4, T5, T7 e T8) e um ainda está concluindo a graduação (T6). Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Formação do TILS

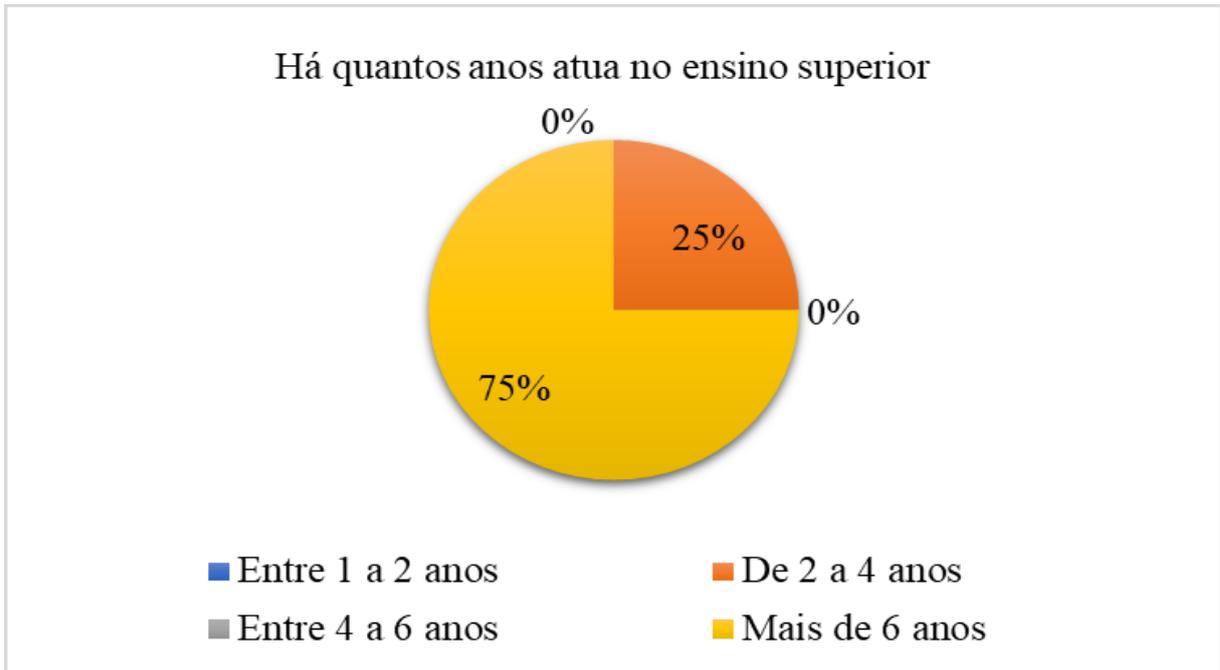


Fonte: Autoria própria. 2018.

Os tradutores intérpretes participantes desse estudo, apresentam formação específica para o cargo que ocupam, entre elas: Prolibras em tradução e interpretação (T3 e T6); curso de capacitação e extensão em tradução e interpretação (T1, T2, T4, T5 e T6); especialização em Libras (T7 e T8) e outros estão concluindo a segunda graduação, Letras Libras (T2, T4 e T7).

O tempo de atuação dos tradutores intérpretes no ensino superior, na UFMA, pode ser vislumbrado no gráfico 2:

Gráfico 2 – Quantidade de tempo que atua no ensino superior



Fonte: Autoria própria. 2018.

De acordo com o gráfico 2, 75% dos TILS estão há mais de seis anos (T1, T2, T3, T4, T5 e T6) trabalhando em cursos superiores que possuem aluno surdo na UFMA e 25% (apenas T7 e T8) de dois a quatro anos.

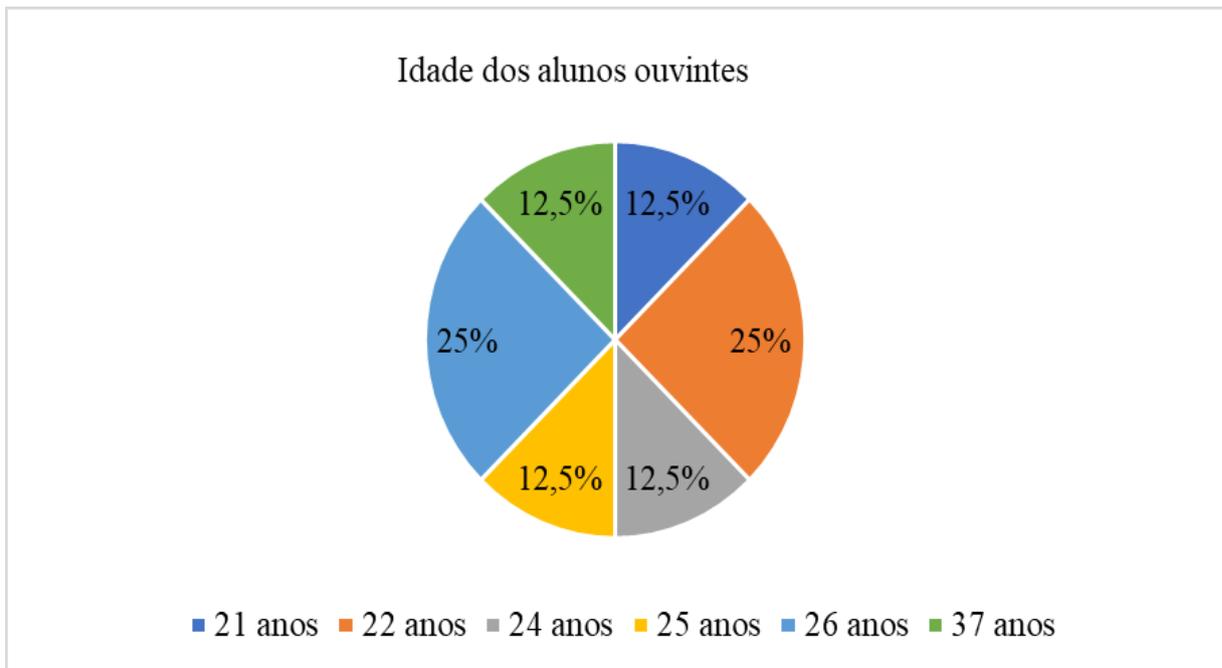
Durante a pesquisa foi percebido que, apesar dos entraves que os TILS ainda enfrentam no ensino superior, cada um deles busca desenvolver uma prática humanizada, ou seja, adequando a sua prática tradutória interpretativa de acordo com a realidade do aluno surdo atendido. Dessa forma, contribuem para que o aluno surdo tenha acesso aos conteúdos e informações de maneira mais qualitativa.

Sobre os docentes, cada um deles respondeu quatorze perguntas e, de forma a preservar a identidade dos mesmos, foram chamados de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. Eles atuam nos cursos de Design, Farmácia, Odontologia e Turismo. Em relação a formação, quatro são mestres, os outros quatro são doutores. P3, P2, P4, P5, P6, P7 tem alunos surdos em sua sala de aula entre um a dois anos, já P1 e P8 de dois a quatro anos. Todos os docentes demonstraram interesse em participar da pesquisa e disseram que há a necessidade de mais estudos sobre esse profissional com quem dividem as dificuldades e as conquistas no dia a dia.

Os discentes surdos foram chamados de S1, S2 e S3. Eles responderam um questionário contendo dez perguntas relacionadas à percepção deles sobre o TILS. Eles cursam Design, Farmácia e Turismo. Um deles tem vinte e dois anos, o outro tem vinte e oito anos e o terceiro, vinte e nove anos. S1 estuda na UFMA desde 2014.1, S2 desde 2016.2 e S3 desde 2017.2. S1 afere que o seu conhecimento é intermediário tanto na Libras quanto no Português, mas S2 e S3 dizem ter conhecimento avançado na Libras e intermediário na Língua Portuguesa. Essa diferença foi percebida durante a aplicação do questionário, uma vez que entre os três discentes surdos pesquisados, o que mais tem dificuldades em entender as duas línguas é S1 e por isso, algumas vezes houve a necessidade de repetir a sinalização para que ele compreendesse melhor. Os três alunos surdos se disponibilizaram a participar da pesquisa e ratificaram que ainda hoje o que mais incomoda é o fato de existir poucos intérpretes na instituição.

Quanto aos alunos ouvintes que dedicaram um pouco do seu tempo para participar da pesquisa, foi aplicado um questionário com dez perguntas. Eles foram chamados de O1, O2, O3, O4, O5, O6, O7 e O8 para manter o sigilo sobre a identidade de cada um deles. Esses alunos estão matriculados nos cursos de Design, Farmácia, Odontologia e Turismo. Eles têm as seguintes idades:

Gráfico 3 – Idade dos alunos ouvintes



Fonte: Autoria própria. 2018.

Pelo gráfico 3, observa-se que os estudantes ouvintes analisados situam-se na faixa etária de vinte e um a trinta e sete anos. Apenas O1 estuda com aluno surdo entre dois a quatro anos; os demais, entre um a dois anos. Para eles, a presença do TILS facilita a comunicação com o aluno surdo, mas demonstram sentir vontade em conversar com ele sem o intérprete, por isso fazem perguntas sobre os sinais e, alguns deles, já participaram de cursos de Libras.

3.3 Metodologia aplicada na pesquisa

Toda pesquisa científica tem por objetivo conhecer cientificamente características de uma temática. Assim, para desenvolver o tema proposto tornou-se necessário fazer primeiramente um levantamento bibliográfico pois, segundo Freitas e Prodanov (2013, p.55), “as pesquisas necessitam de um referencial teórico” para se fundamentarem.

Além disso, em relação aos procedimentos técnicos, isto é, a forma pela qual se obtém as informações necessárias para a pesquisa ser desenvolvida, este trabalho se configura como uma pesquisa exploratória, uma vez que, de acordo com Gil (2007):

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p.41).

A abordagem predominante foi a qualitativa, em virtude de apresentar elementos descritivos do contexto investigado, não ignorando a complexidade da conjuntura social e nem se limitando a apresentar dados quantitativos. Nesse sentido, pretendeu-se a partir da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas (quatorze para tradutores intérpretes e docentes; dez para discentes surdos e ouvintes), conhecer os olhares que envolvem a atuação do TILS. Esses questionários foram aplicados para oito TILS, oito professores, três alunos surdos e oito discentes ouvintes de cursos de graduação da UFMA – Cidade Dom Delgado. Todos eles concordaram em participar da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mas tiveram seus nomes alterados para preservar a identidade de cada um deles.

Aos alunos surdos, o questionário foi aplicado em Libras por vídeo chamada no WhatsApp, tendo em vista que, de acordo com Souza (2000, p. 92), é preciso “franquear-lhes a palavra, quer dizer que, antes de escreverem em nosso idioma deveriam poder se narrarem

em sinais, e suas narrativas precisariam ser acolhidas por uma escuta nossa também em sinais”. Na ocasião, como eles preferiram não serem filmados, optou-se por transcrever as respostas para a Língua Portuguesa.

Após a aplicação dos questionários, todas as respostas apuradas foram analisadas minuciosamente para entender as percepções sobre a atuação do TILS, assim como visualizar possíveis mudanças para valorização desse profissional e melhoria na educação dos surdos.

4 INTERPRETAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Este capítulo objetiva analisar os dados coletados após a aplicação dos questionários para tradutores intérpretes de Libras, professores que tem ou já tiveram aluno surdo matriculados em suas disciplinas, alunos surdos que estudam em cursos superiores e alunos ouvintes que estudam em cursos superiores com alunos surdos na UFMA – Cidade Dom Delgado.

4.1 Questionário aplicado aos tradutores intérpretes de Libras

Aos tradutores intérpretes de Libras foi pedido que, de forma sucinta, comentassem sobre quem é o TILS no ensino superior e qual a função dele. As respostas dos oito participantes foram bem parecidas e todas elas estavam direcionadas ao entendimento de que ele é um profissional educacional fluente em Libras e Português, com competência tradutória, que atua em sala de aula do ensino superior tornando acessível os conteúdos aos alunos surdos, adequando-se ao contexto em que está inserido. Sobre isto, Sobral (2008) afirma que:

o intérprete tem de ser um profissional capaz de entender quando deve dizer o que a quem e de que maneira, a depender de onde ele esteja e quem esteja envolvido. Daí minha afirmação de que interpretar em Libras também é dizer o “mesmo” a outros, ou seja, dizer uma coisa de acordo com a situação em que se diz, com a intenção de quem diz e com as características daquele a quem se diz. (SOBRAL, 2008. p. 132).

De acordo com os TILS, a função desse profissional é mediar a comunicação do aluno surdo com os ouvintes, realizando tradução e interpretação no âmbito acadêmico. É interessante que T6 complementa dizendo que o tradutor intérprete, além de tudo que foi dito, tem a “função de trazer equiparação de acesso e condições ao aluno surdo, garantindo autonomia do discente no seu processo de formação”.

Em relação ao olhar dos próprios TILS sobre a atuação deles no ensino superior, percebe-se que ainda se sentem desvalorizados e que necessitam de melhores condições de trabalho, embora se considerem essenciais para o processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo, isso pode ser visto no quadro 1:

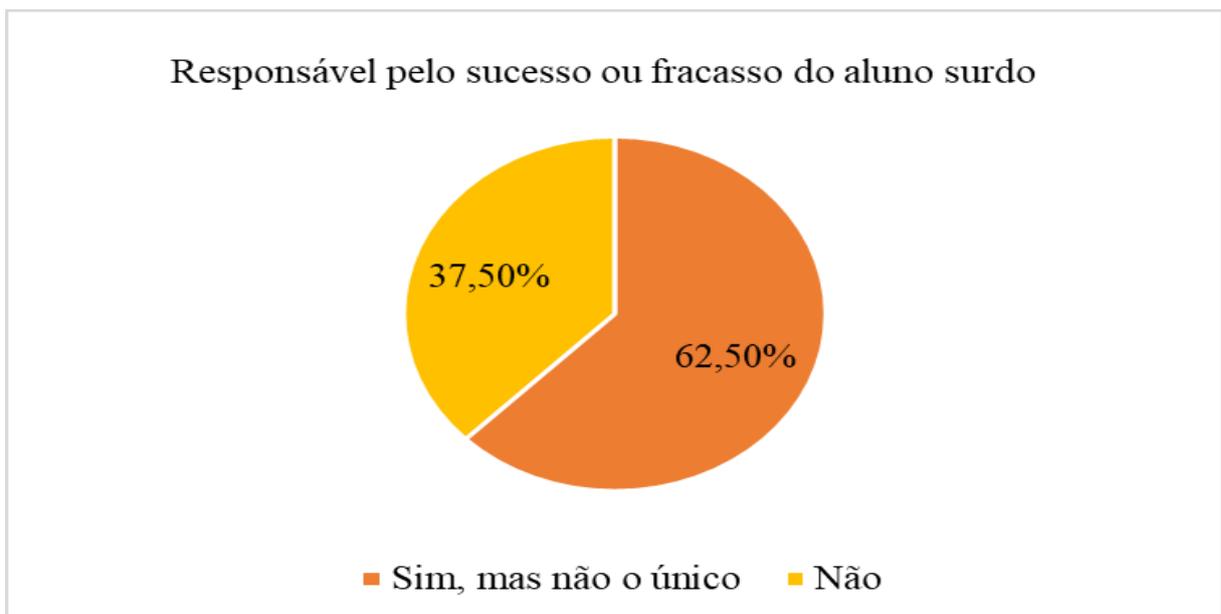
Quadro 1 – A percepção do TILS sobre si mesmo no ensino superior

T1	<i>Como uma garantia de direitos da pessoa surda, balizada por uma luta conjunta da comunidade surda.</i>
T2	<i>Ainda pouco valorizada e compreendida pela instituição e seus atores.</i>
T3	<i>Como algo essencial.</i>
T4	<i>Ganhando espaço e buscando reconhecimento enquanto profissional.</i>
T5	<i>Profissional de fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem, que atua juntamente com os docentes e demais profissionais com o fim de manter uma comunicação qualitativa e eficaz além de contribuir para o desenvolvimento do surdo.</i>
T6	<i>Positiva, mas carece de melhores condições de trabalho para garantir que a acessibilidade seja mais efetivada aos docentes, discentes e técnicos que atuam no âmbito do ensino superior.</i>
T7	<i>Como papel fundamental no processo educacional.</i>
T8	<i>De forma imprescindível para a acessibilidade linguística e pedagógica do surdo.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Sobre se sentir responsável ou não pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo no ensino superior, os tradutores intérpretes responderam da seguinte forma:

Gráfico 4 – O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo?



Fonte: Autoria própria. 2018.

Pelo gráfico 4, observa-se que há aqueles que não se sentem responsáveis pelas conquistas ou perdas do discente surdo (37,5% ou seja, três tradutores intérpretes), mas há também os que acreditam que são sim participantes do processo, mas não os únicos (62,6%, ou seja, cinco TILS). Entre os que não se consideram responsáveis, vale destacar a opinião do T2 e do T5, respectivamente: “Hoje não mais. O sucesso ou fracasso do aluno depende de muitos fatores, além da competência e habilidade do tradutor intérprete” (T2). “Não me sinto responsável nem pelo sucesso ou fracasso, mas estou no processo pedagógico, portanto sempre me questiono se houve erro no meu trabalho” (T5). Convém dizer que a partir do momento em que T2 explica que o sucesso ou fracasso depende de outros fatores e não só do tradutor intérprete, da mesma forma que T5 ao se questionar se errou em sua atuação, fica evidenciado que ambos se consideram também responsáveis, participantes, mesmo não assumindo tal postura. De certo modo, o tradutor intérprete não pode se eximir do fato de que também é ativo no processo.

O quadro a seguir, mostra a forma como o TILS se sente em relação ao olhar do professor, do aluno surdo, do aluno ouvinte e de outro intérprete.

Quadro 2 – Como o TILS se sente em relação aos olhares na sala de aula

T1	<p><i>Do professor: como uma profissional (funcionária pública) que atua em uma área específica, muitas vezes desconhecida pelo professor.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: uma profissional que precisa algumas vezes deixar muito claro o papel que exerço enquanto mediadora da comunicação.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: como profissional que precisa em muitos momentos reafirmar que não apenas o surdo é beneficiado com a presença do intérprete, mas toda a comunidade acadêmica.</i></p> <p><i>De outro intérprete: como parceira de profissão, como alguém que divide os labores da profissão e que atua com ética e profissionalismo.</i></p>
T2	<p><i>Do professor: em alguns casos, com muita desconfiança, em outros, com cobranças que estão além da função. Mas a maioria dos professores com quem trabalhei nos últimos anos, respeita nossas sugestões e nossa presença como profissional assim como eles.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: dependendo do histórico do aluno, podemos ser cobrados como professores particulares, babás, secretarias, intérpretes particulares. Há na maioria dos casos, incompreensão, por parte dos alunos surdos, sobre a nossa função.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: como aquele que salva as explicações (risos), pedindo para repetir os conteúdos mais complicados.</i></p> <p><i>De outro intérprete: o apoio.</i></p>
T3	<p><i>Do professor: em alguns momentos como um aliado, em outros, como um intruso.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: uma ferramenta e porto seguro.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: as vezes um amigo e profissional.</i></p> <p><i>De outro intérprete: um colega de trabalho.</i></p>

T4	<p><i>Do professor: esse olhar não interfere na minha atuação, porém é perceptível certo desconhecimento acerca das minhas funções em sala por parte do professor.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: indiferente. Mantenho minha postura profissional, o modo como o aluno me olha não interfere na minha atuação.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: indiferente. Mantenho minha postura profissional, o modo como o aluno me olha não interfere na minha atuação.</i></p> <p><i>De outro intérprete: indiferente. Mantenho minha postura profissional, o modo como o outro me olha não interfere na minha atuação.</i></p>
T5	<p><i>Do professor: o professor do ensino superior, na maioria das vezes, por não conhecer a atuação do intérprete tem a visão de que o mesmo é um sujeito que vai dificultar o seu trabalho. Alguns já conseguem visualizar o intérprete como um profissional de grande importância, troca experiência e estão dispostos a contribuir com o trabalho.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: a depender da autonomia do aluno, alguns ainda tem uma relação de dependência do intérprete.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: os alunos universitários possuem um foco profissional, então não costumam interferir negativamente com o trabalho do intérprete. Eles olham o profissional como alguém que contribui para o crescimento do aluno.</i></p> <p><i>De outro intérprete: geralmente trabalho em parceria, sendo assim, sou vista como uma profissional e colega de trabalho, trocando informações afim de proporcionar uma qualidade ao trabalho coletivo.</i></p>
T6	<p><i>Do professor: ainda percebo que paira um olhar de surpresa e estranheza pelo professor não estar familiarizado a um trabalho conjunto que carece de adequações metodológicas.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: feliz por ter garantido lugar na relação de poder onde há uma língua majoritária. Mas também desconfortável, pois o aluno surdo não compreende a abrangência da competência desse profissional, limitando nosso papel ou fazendo exigências que fogem das competências do cargo.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: ainda um olhar curioso, pela representatividade simbólica que nossa presença trás e pelo fato de desvelar-se uma outra possibilidade profissional ainda pouco considerada no imaginário social.</i></p> <p><i>De outro intérprete: seguro e confiante por saber que outros, como eu, engrossam as trincheiras dos desafios inerentes a nossa profissão.</i></p>
T7	<p><i>Do professor: depende do profissional. Alguns com respeito, outros com indiferença.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: as vezes como profissional, mas sinto que eles são muito dependentes.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: não nos olham como profissional na maioria das vezes.</i></p> <p><i>De outro intérprete: respeitada.</i></p>
T8	<p><i>Do professor: por vezes ignorado, por vezes acolhido, por vezes como apenas alguém que mexe as mãos e faz gestos.</i></p> <p><i>Do aluno surdo: como alguém imprescindível para mediar a comunicação e compreensão das aulas.</i></p> <p><i>Do aluno ouvinte: muitas vezes como um terceiro, um estranho, alguém que faz sinais e/ou gestos.</i></p> <p><i>De outro intérprete: alguém que precisa estar em sintonia para que o resultado do ato tradutório e interpretativo se desenvolva da melhor forma possível, sendo imprescindível a função de apoio, revezamento e compartilhamento de sinais específicos das disciplinas.</i></p>

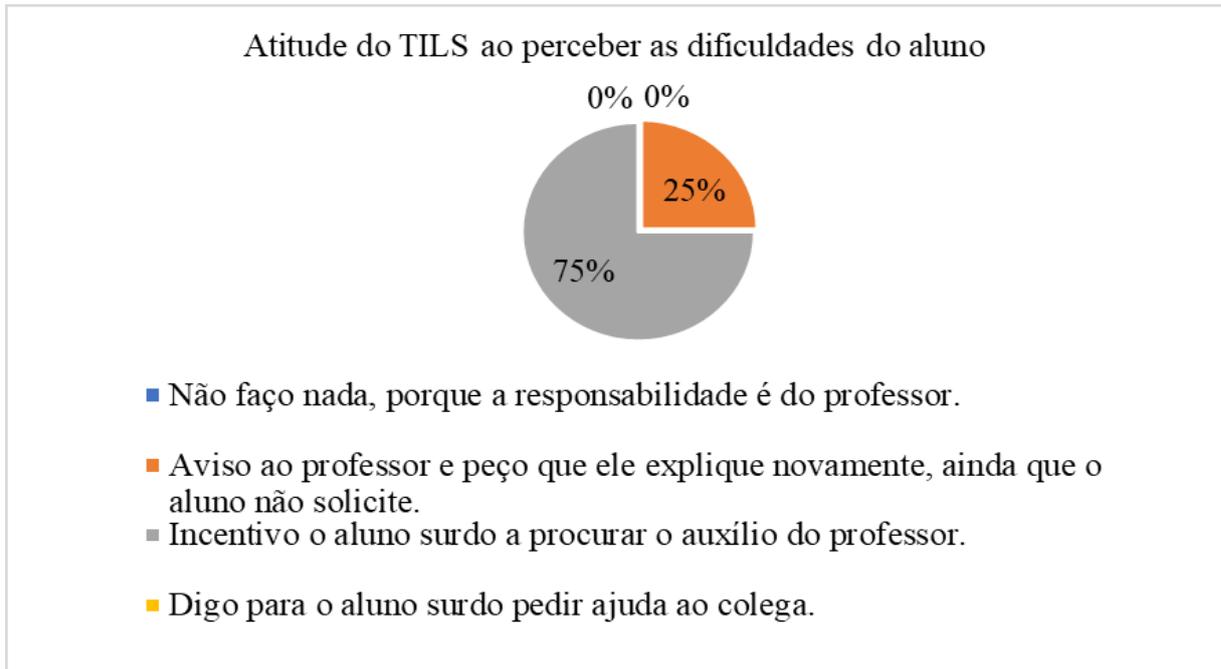
Pelos depoimentos presentes no quadro 2, vislumbra-se que, em relação à postura do docente, a maioria dos tradutores intérpretes se percebe como um profissional que atua em uma área pouco conhecida e que ainda é visto com um olhar de desconfiança, estranheza e indiferença por conta do professor achar que ele é um intruso que adentrou o seu espaço para dificultar o seu trabalho. Pela visão do aluno surdo, de certo modo, o TILS se compreende como um profissional que muitas vezes precisa explicar e/ou relembrar que a função dele não é a de um cuidador ou até mesmo agenda, em virtude de haver incompreensão sobre o papel dele em sala de aula, por vezes sendo considerado como uma ferramenta de dependência para o aluno surdo. No olhar do aluno ouvinte, a maioria dos tradutores intérpretes se sente como um profissional (apesar de dois deles afirmarem que não são vistos dessa forma), como aquele que contribui para o crescimento do aluno surdo. E, sobre o olhar de outro TILS, ele se vê como um profissional, parceiro, colega de trabalho e apoio.

No que concerne às estratégias usadas pelos TILS para desenvolver a prática tradutória interpretativa no ensino superior, foi verificado que, em geral, eles buscam auxílio/orientação do professor para sanar dúvidas referentes aos conteúdos que desconhecem, principalmente por terem formação diferente da área de atuação. Também solicitam as aulas e/ou textos ao professor para conhecerem previamente o que será abordado, com o objetivo de diminuir as dificuldades que poderiam ter na sala de aula. Eles pesquisam em dicionários e glossários os vocabulários que não conhecem, além de convencionar sinais que não existem e que são específicos do curso.

Apesar dos TILS utilizarem estratégias para um melhor desempenho em suas práticas, os mesmos reconhecem que há limites em suas atuações que precisam ser considerados. Foram pontuados: limitar a traduzir e interpretar o par linguístico Libras/Português sem o favorecimento de respostas, principalmente durante as atividades/provas (não fazer pelo aluno); não exceder o tempo de interpretação de até vinte minutos (quando com apoio); evitar sentar em locais inadequados que dificultem os movimentos dos braços e/ou prejudiquem a postura; não tomar para si a responsabilidade do professor e agir com profissionalismo.

A questão anterior desencadeou a curiosidade em saber como os tradutores intérpretes agem ao perceberem que os discentes surdos estão com dificuldades, os dados podem ser visualizados no gráfico 5:

Gráfico 5 – Ação do TILS ao observar as dificuldades do aluno surdo



Fonte: Autoria própria. 2018.

Pelo gráfico acima, verifica-se que a maior parte dos TILS incentivam o aluno surdo a procurar o auxílio do professor quando possuem dúvidas, mesmo sem a solicitação do próprio discente. Com isso, percebe-se que a função do TILS, a partir das falas dos tradutores intérpretes analisados, não se resume a traduzir e interpretar as informações e os conteúdos no ensino superior, pois ele interfere na aprendizagem do aluno.

Da mesma forma que a inclusão do aluno surdo no ensino superior é permeada por entraves, com o tradutor intérprete de Libras acontece o mesmo. Todos os dias ele enfrenta dificuldades em sua atuação, mas busca minimizá-las para otimizar seu trabalho. Os comentários a seguir tratam desse tema:

Quadro 3 – Dificuldades encontradas na atuação no ensino superior

T1	<i>Desconhecimento dos temas da aula; nem sempre há revezamento de intérprete; alunos que fazem comentários durante a aula em tom muito baixo. A sugestão para minimizar essa problemática, penso que seria por meio de orientações a todo corpo docente e discente da instituição que convive com o aluno surdo.</i>
T2	<i>Falta de formação específica; falta de um vocabulário específico em Libras.</i>
T3	<i>As vezes a falta de respeito do professor. Para otimizar meu trabalho, seria que o professor se comprometesse em disponibilizar os materiais com antecedência</i>
T4	<i>Desconhecimento da verdadeira função do TILS por parte dos outros integrantes do cenário acadêmico.</i>

T5	<i>Carga horária é grande, considerando a complexidade do trabalho. Atualmente atuamos apenas em sala de aula e não temos a oportunidade de desenvolver um trabalho por meio de projetos, além disso, o salário é incompatível com a função.</i>
T6	<i>Por ser uma profissão que legalmente ainda busca implementações, as principais dificuldades são: a falta de entendimento da instituição quanto a especificidade da nossa atuação, falta de recursos para desempenhar um melhor trabalho. Acredito que isso se dá, pois no imaginário geral, o intérprete é apenas aquele que está no pleno ato tradutório interpretativo de voz sinal – sinal voz, isso é pejorativo e preconceituoso. Temos espaços de atuação ergonomicamente pensados iriam otimizar nosso trabalho, ter recursos didáticos e tecnológicos e ter um maior apoio da instituição para informar à comunidade acadêmica sobre as especificidades da nossa profissão, isso ajudaria a conscientizar melhor sobre os diferentes aspectos da nossa atuação.</i>
T7	<i>A carga horária de interpretação as vezes é excessiva; as condições de trabalho as vezes nos prejudicam, não tem cadeiras ergonômicas; dificuldade em ter acesso aos materiais dos professores.</i>
T8	<i>Falta de apoio do docente concernente a disponibilização prévia dos assuntos a serem trabalhados e dos slides das aulas, falta de concessão dos intervalos das aulas. Precisa haver uma sintonia e parceria na relação TILS x professor e TILS x TILS.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Pelo quadro anterior, as dificuldades enfrentadas pelos tradutores intérpretes de Libras estão voltadas para a falta de condições de trabalho adequadas, ausência de vocabulário específico da área de atuação, falta de conhecimento dos docentes e discentes sobre a função dos mesmos, carga horária de tradução e interpretação excessiva, salário incompatível com o cargo que ocupam. Como sugestão, para otimizar a atividade de tradução e interpretação, sugerem que os professores se comprometam em disponibilizar os materiais com antecedência e que sejam orientados, assim como os alunos, sobre às peculiaridades do trabalho do tradutor intérprete em sala de aula.

A pesquisa também teve interesse em conhecer como se dá o contato do TILS com os demais envolvidos do contexto educacional no ensino superior. A relação TILS x professor, quase sempre acontece de forma respeitosa (T1, T2, T4 e T7); em alguns momentos distantes e em outros bem próximos (T3); as vezes permeada por dúvidas, incompreensões (T4 e T7); uma minoria já compreende que o intérprete pode contribuir para a formação do aluno (T5); em alguns casos, muito superficial/precária e quase nunca o professor pensa no aluno surdo ao escolher a metodologia que vai usar na aula (T6 e T8). Entre TILS x aluno surdo, a relação é construída a base do respeito (T1, T4, T7 e T8), mas vez ou outra é necessário a demarcação de limites e explicação sobre a função do tradutor intérprete, pois em alguns momentos os alunos surdos colocam suas responsabilidades sobre o TILS (T2, T4 e T7), devido ao fato de que alguns discentes não tem a independência que a universidade pede, pois eles deveriam ser

mais autônomos em relação aos do ensino fundamental e médio (T5). Algumas relações são marcadas por ruídos (T6), mas há aqueles que não tem grandes dificuldades, constroem um relacionamento aberto e permitem que, muitas vezes, o aluno recorra ao tradutor intérprete quando possui dúvidas de sinais e até mesmo compartilhe o que sente no ambiente acadêmico (T3 e T8). Com o aluno ouvinte, quando as relações não são praticamente inexistentes ou distantes (T3 e T6), uma vez que o intérprete é um terceiro que está ali e não interfere na nota (T8), se baseiam no respeito e profissionalismo (T1, T2 e T5); algumas, um pouco conturbadas devido a tendência de atribuir ao TILS a função de tutor do aluno surdo ou julgá-los erroneamente (T4 e T7). De TILS para TILS, são construídas com profissionalismo e respeito (T1 e T7), de forma amigável (T2 e T4), com companheirismo e apoio entre as duplas (T2, T8), porém em alguns momentos é individualista e isso ajuda a ocasionar prejuízos para toda a categoria (T4 e T7), embora quando se trata de lutar por direitos, todos procuram resolver os problemas em conjunto (T5 e T6).

No grupo dos tradutores intérpretes, apenas T1 e T7 não vivenciaram nenhum embate/conflito durante sua atuação nos cursos de graduação da UFMA. T4, T5 e T6 explicam que tiveram problemas com o professor por este não adaptar métodos de ensino que excluía o aluno surdo. T5 também diz que outro problema é “quando o professor não quer disponibilizar o conteúdo com antecedência ou quando ele decide tratar o TILS como aluno e esquece que ambos são servidores da instituição”. Problemas também entre TILS e professores foram vivenciados por T3 e T8, em virtude do docente achar que a interpretação não estava correta (T3) ou quando “não avisam previamente o local e o horário das aulas de forma oficial, nem disponibilizam seu horário e nem estão nem aí para os alunos surdos e de surdos que se sentiram excluídos pelos alunos ouvintes” (T8). T2 comenta que já vivenciou um embate de TILS com o aluno surdo, onde o último quase agrediu o profissional. T6 também explica que já teve desentendimentos com o estudante surdo por este ter uma visão assistencialista do tradutor intérprete e, por consequência disso, querer que o profissional o favorecesse de alguma forma.

Para finalizar, os tradutores intérpretes demonstraram suas inquietações em relação a atuação nos cursos superiores, apenas T2 não teve nada a declarar. Segue:

Quadro 4 – Inquietação sobre a atuação no ensino superior

T1	<i>Sobre uma melhor definição do papel desempenhado pelo profissional intérprete de Libras, suas especificidades e necessidades, afim de garantir melhor desempenho desse profissional no exercício da sua profissão.</i>
T3	<i>Existem muitas, mas a principal é a falta de respeito para conosco.</i>
T4	<i>Ausência de carreira no PCC TAE, ausência de regulamentação para nossa atuação, carga horaria extensiva, ausência de tempo para se dedicar à preparação da atividade tradutória.</i>
T5	<i>Um salário digno que corresponda com o nosso trabalho.</i>
T6	<i>Minha inquietação é quanto a falta de compreensão e segurança nas condições de trabalho que o TILS educacional no ensino superior ainda tem, forçando-o a lutar muito para garantir o mínimo de condições de trabalho e esse esforço, se tais condições fossem garantidas, poderia estar sendo direcionado à sua atuação.</i>
T7	<i>Em relação ao nosso cargo a nível federal. Trabalhamos em nível “E” com cargo de nível “D”.</i>
T8	<i>Fragmentação e dispersão do trabalho em equipe, restringindo a interpretação entre as duplas e falta de empatia, apoio, solidariedade com os demais membros da equipe. Outra inquietação é até que ponto os TILS irão ficar “tapando buraco” dos horários atuando sozinhos, prestando um serviço de má qualidade (já que omissões ocorrem com mais facilidades se não houver revezamento, pois TILS não são robôs) para não deixar a imagem da instituição cair, enquanto a sua saúde é prejudicada. Não é justo que os TILS se acabem de trabalhar e a instituição não ofereça condições dignas e salubres de trabalho.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

O quadro 4 evidencia que os tradutores intérpretes possuem muitas inquietações sobre a atuação deles no ensino superior na UFMA, que vai desde a falta de carreira no PCC TAE (Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação) até um salário digno que corresponda ao trabalho que executam. Isso demonstra que ainda há muito a ser conquistado por esses profissionais, mas muitas dessas inquietações só serão modificadas a partir do momento em que a universidade, com todos seus envolvidos, consiga compreender a importância deles para o processo de inclusão.

4.2 Questionário aplicado aos professores

Os professores demonstraram interesse em participar da pesquisa e ressaltaram a importância de mais estudos abordando essa temática, algo completamente novo para eles. Todos disseram saber que, em relação a inclusão, o aluno surdo deve estar em sala de aula com o profissional tradutor intérprete de Libras. Para eles, o TILS pode ajudá-los a

compreender as especificidades do aluno, mas só a presença dele não é suficiente para tornar o espaço inclusivo, pois requer que o próprio docente busque estratégias que favoreçam a aprendizagem do estudante surdo. Embora 75% dos professores garantam não ter recebido nenhuma orientação sobre como deve ser a metodologia de ensino ao aluno surdo, eles acreditam que se faz necessário uma capacitação ou até mesmo uma conversa entre o docente e o TILS para que exista a troca de informações sobre o assunto, assim como conhecimentos básicos da Libras, como explicado por P8, “deve existir uma orientação da UFMA sempre que iniciar o período, mas agora que sei que o aluno existe, estou buscando me informar”. Embora ainda não seja uma realidade presente em todos os cursos da universidade, P4 pontuou que sempre tem “um momento antes do início do semestre para compreender, junto ao NUACE, as peculiaridades da aluna”. Já P1 comentou que o intérprete repassou as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, entre elas, “problemas com leitura e escrita de textos em Português e que, em razão disso, as aulas deveriam ter menos texto, mais ilustrações e as avaliações com mais questões objetivas”. Essas declarações confirmam que a universidade deve oportunizar esses encontros entre o tradutor intérprete e o docente, uma vez que esses últimos reconhecem a importância do apoio do primeiro para a compreensão dos aspectos inerentes a presença dos TILS e do aluno surdo no contexto acadêmico.

Assim, para que o docente contribua com a inclusão do discente surdo, deve repensar sua prática, sua postura, para que esse aluno faça parte do processo de ensino-aprendizagem. Abordando essa temática, os professores disseram:

Quadro 5 – Contribuição do docente para incluir o aluno surdo no ensino superior

P1	<i>Repasso, antes do primeiro dia de aula, todo o cronograma (inclusive com datas de todas as avaliações), aulas, vídeos, apostila e todo o material que será trabalhado no semestre, para o aluno (via SIGAA). O intérprete não tem acesso ao SIGAA, mas cabe ao aluno surdo repassar esse material. Caso o intérprete não receba via aluno, encaminho todo o material para o profissional via e-mail pessoal. As atividades práticas são feitas em dupla e o aluno surdo é estimulado a trabalhar em equipe.</i>
P2	<i>Tento contribuir atentando para as necessidades específicas e utilizando metodologias de ensino que não o excluam.</i>
P3	<i>Sendo hospitaleira e acolhedora, buscando compreender as demandas do discente.</i>
P4	<i>Contribuo adequando meus métodos de ensino e avaliação às necessidades dela.</i>
P5	<i>Escuto e procuro ajudar o aluno nas questões de sua dúvida. Sempre acrescento demandas dos mesmos, nas reuniões de colegiados e outras em que possa expressar a necessidade de melhorias nesse processo. Também procuro incluí-lo nas atividades do curso, sempre que observo a necessidade.</i>

P6	<i>Acho que tenho contribuído pouco, preciso de formação, conhecimento de estratégias.</i>
P7	<i>Uso o quadro branco, uso data show, faço perguntas para ele sobre o assunto discutido em sala. Baixei o aplicativo para surdos.</i>
P8	<i>Sempre uso figuras, imagens, torno as aulas mais visuais. Pergunto se entendeu, faço perguntas, dou suporte aos intérpretes e disponibilizo os materiais das aulas com antecedência.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

É interessante que, embora alguns professores não tenham informações suficientes sobre a inclusão do aluno surdo no ensino superior, cada um deles busca uma maneira de fazer com que os alunos sejam partícipes do próprio processo de aprendizagem. Já se percebe uma sensibilidade dos docentes para a necessidade de modificar suas metodologias quando há algum aluno surdo na sala de aula e eles dizem que, ao observar as dúvidas do aluno, explicam o conteúdo quantas vezes for necessário, mas claro, com o apoio do TILS. Mas quem é, qual a função e quais os limites desse profissional com quem o professor precisa dividir a sua sala? P1 e P7 afirmam que esse profissional “é a ponte, o elo entre o professor e o aluno surdo”. P2 explica que ele é “um profissional necessário para o processo de inclusão”, pois, para P3, P4, P5 e P8, ele é o mediador, facilitador, o responsável pela comunicação, traduzindo e interpretando os conteúdos do professor ao aluno surdo. Já P6 comenta que “ele é um professor, amigo. No momento, sem o intérprete não tem inclusão do aluno surdo”. Sobre a função, alguns comentam que ele deve auxiliar o professor no repasse das informações (P1 e P2), os outros dizem que ele deve ser o auxílio do professor e do aluno no sentido de facilitar o ensino e a aprendizagem no cotidiano das atividades acadêmicas. Sobre isso, Santos (2014, p. 30) afirma que “o professor é responsável pelo ensino, por proporcionar o conhecimento científico ao aluno, e o intérprete é o responsável por transformar a informação de uma língua para outra”. Em relação aos limites, P3, P7 e P8 mostram que se restringe a interpretação e tradução das aulas para o aluno surdo, além de traduzir e interpretar os discursos que envolvem o cotidiano do curso, sendo “um apoio institucional no sentido das especificidades durante o acompanhamento em sala” (P5). P2 diz que “os limites devem ser ditados pela pedagogia da inclusão”, mas assume que desconhece, da mesma forma que P6. P4 traz um entendimento bastante complexo ao dizer que a função do TILS “se resume à demanda do aluno surdo”. Complexo porque as vezes o discente não tem autonomia requerida pela graduação, conforme dito pelos TILS, então, ao atrelar a função do tradutor à demanda do aluno, pode-se cometer um grave erro: querer que o intérprete faça tudo que o aluno

quiser. Inclusive isso foi abordado por P1 ao mencionar que “o intérprete não pode ser cobrado por tudo, não pode exercer a função de ‘babá’ do aluno surdo. O aluno não deve ficar ‘preso’ ao intérprete no processo ensino-aprendizagem”, pois, ainda segundo P1, o aluno deve desenvolver sua autonomia enquanto aluno e futuro profissional e “todos os envolvidos (professor, intérprete, instituição de ensino) devem estimular e dar ferramentas para que ele desenvolva essa autonomia”.

No tocante a maneira como o docente vê a presença do TILS no ensino superior, P2, P3, P4, P5, P7 e P8 acham fundamental a atuação desse profissional para o processo inclusivo do aluno surdo. Para P1, “o intérprete, na maioria das vezes, é a única ponte entre o professor e o aluno”. P6 vê como “uma salvação, sem o intérprete seria impossível ensinar”.

Outra situação oportuna relaciona-se ao pensamento dos docentes sobre o fato da atuação dos TILS trazer prejuízos ou se este profissional é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo. As respostas podem ser visualizadas a seguir:

Quadro 6 – O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno?

P1	<i>O trabalho é em conjunto: professor-intérprete-aluno. Não se pode atribuir a um único profissional o sucesso ou fracasso de um aprendizado. O professor deve colaborar para que o intérprete compreenda o assunto (por exemplo, repassar o material didático com antecedência para o intérprete e o aluno ou falar mais pausadamente ou ainda usar formas diferentes para repassar o conteúdo, caso a explicação não tenha sido suficiente) e assim esse intérprete consiga repassar o que está sendo dado, da melhor forma possível para que o aluno também compreenda e assimile o que está sendo ensinado. Mas nada disso adianta, se o aluno não se empenhar e se dedicar mais, até em função de sua própria limitação linguística. Se o aluno não tiver interesse em estudar, ele não terá sucesso no aprendizado e isso independe de sua condição de ser surdo.</i>
P2	<i>Não sei avaliar se ele é responsável pelo sucesso ou fracasso, mas sei que sem o intérprete seria impossível para mim me fazer entendida pelo aluno surdo.</i>
P3	<i>Não. O sucesso do aluno depende da relação entre tradutor e o discente.</i>
P4	<i>Creio que ele pode ser um facilitador da aprendizagem.</i>
P5	<i>Penso que pelo sucesso. Foi muito válida a presença do tradutor durante minhas aulas.</i>
P6	<i>Acho que na atual conjuntura é extremamente necessário.</i>
P7	<i>Acho que não. A meu ver ele é o facilitador do processo ensino/aprendizagem.</i>
P8	<i>Não sozinho, acho que ele é participante do processo, mas depende também de mim e do próprio aluno surdo.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

De acordo com o quadro anterior, observa-se que quase todos os professores disseram que o TILS não é o único participante do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. Na opinião de Santos (2014, p. 29), a atuação do tradutor intérprete educacional em sala de aula “está intimamente ligada ao trabalho desenvolvido pelo professor: ambos são mediadores da relação de ensino aprendizagem”. Logo, o intérprete não deve ser responsabilizado pelo fracasso ou sucesso do aluno, mas claro, a falta de profissionalismo, capacitação e competência do TILS pode gerar problemas tradutórios, conseqüentemente, ruídos na aprendizagem, mas o sucesso ou fracasso do discente depende de várias condições, inclusive do próprio aluno.

Os questionamentos anteriores dão margem para saber se os professores realmente acreditam que o TILS repassa as informações e os conhecimentos durante as aulas e se esse profissional pode auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Todos disseram que sim e justificam a opinião em virtude da participação dos alunos nas aulas e em todo o processo. Eles acreditam que os TILS são fiéis na tradução e interpretação. Segundo Perlin (2006, p. 142), “a fidelidade da tradução acontece à medida da compreensão do outro, acontece à medida da compreensão cultural”, isto é, balizada de acordo com o conhecimento do tradutor intérprete. Ainda sobre essa temática, P1 também explica que os TILS “necessitam de tempo para entender o assunto que será abordado em sala de aula para que haja tempo hábil de criar sinais específicos da área, sinais que não existem”. Esse comentário está relacionado ao fato do tradutor intérprete, junto com o aluno surdo, convencionar um sinal para representar uma palavra que sempre vai se repetir e que é específica ao curso, mas que até aquele momento não existia nenhum sinal em Língua de Sinais. P1 colabora um pouco mais dizendo que o intérprete o orientou “desde o modo de falar (mais pausadamente) até o uso de recursos auxiliares, como figuras e pouco texto”. P7 comenta que “à medida que o intérprete explica como o surdo aprende, eu busco adaptações para incluí-lo”. P6 diz que não visualiza “a aprendizagem do aluno surdo sem a presença do intérprete”, pois ele é o referencial para o aluno. P8 também aproveita para expor que “ele é um profissional concursado, que passou por uma seleção e que, com certeza, teve que apresentar qualificação para o cargo”. Sobre isso, Gurgel (2010, p. 157) afirma que as instituições de ensino superior devem estar atentas aos processos de seleção do TILS, verificando minuciosamente a formação dele e a competência para exercer a função em sala de aula.

O professor e o tradutor intérprete, dois profissionais com funções diferentes, dividem o espaço da sala de aula, mas as vezes esse tipo de situação pode gerar desconfortos,

incômodos ou mal-estar. Quanto a isso, todos os docentes mencionaram que se sentem à vontade com a presença dos TILS, mas P7 sinaliza que “nos primeiros dias foi estranho”, depois acostumou. Todos concordam que o tradutor intérprete é um grande parceiro que pode auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no sentido de entender as dificuldades do aluno surdo, e mantêm com esse profissional uma relação de respeito e profissionalismo.

Mas e quanto aos embates/conflitos? O gráfico a seguir retrata se os professores já vivenciaram alguma dificuldade com o tradutor intérprete.

Gráfico 6 – Embate com o TILS



Fonte: Autoria própria. 2018.

Pelo gráfico acima, compreende-se que a maioria dos docentes não vivenciaram nenhum conflito com o TILS, mas 25% sim. Nesses 25% encontra-se P8, ele afirma que “um outro colega tratou um intérprete de forma grosseira. O aluno surdo não se sentiu a vontade, se retirou da sala junto com o profissional e deixou de cursar a disciplina”, isso demonstra que as vezes a relação do TILS com o professor nem sempre acontece de forma amistosa, podendo gerar desconforto ao próprio aluno surdo.

Ao final da pesquisa foi solicitado aos docentes que, caso tivessem alguma inquietação sobre a atuação do tradutor intérprete de Libras, ficassem livres para expor. Sendo assim, P2, P6 e P7 não tiveram nada a declarar, os demais fizeram os seguintes comentários:

Quadro 7 – Inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior

P1	<i>A instituição deveria colocar mais intérpretes a disposição do aluno/professor, principalmente em cursos integrais. Em cada aula, por exemplo, deveria ter sempre dois profissionais para que revezassem e não gerasse problemas de saúde aos profissionais em função do volume de traduções a serem executadas. A instituição deveria estimular a criação de apostilas com os principais sinais específicos de cada área.</i>
P3	<i>Na verdade, não é uma inquietação sobre a atuação propriamente dita do tradutor, mas sim sobre as condições de trabalho e apoio institucional no caso de visitas técnicas externas à instituição. No caso do curso de turismo temos muitas atividades externas e percebemos que falta este apoio.</i>
P4	<i>Quando a formação acadêmica do intérprete se distancia do curso, há uma diminuição do aproveitamento do aluno surdo.</i>
P5	<i>Talvez fosse interessante uma maior interação entre o tradutor e o professor no início do período. Que ambos trocassem informações sobre os procedimentos utilizados durante os encontros e pudessem apontar soluções, caso houvesse situações adversas.</i>
P8	<i>Precisam ser mais valorizados pela instituição. Percebo que essa atividade requer muito esforço tanto físico como psicológico podendo causar danos ao profissional.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Através do quadro 7, pode-se enxergar que as inquietações dos professores sobre a prática do TILS estão voltadas para a necessidade da instituição se preocupar mais com esses profissionais, incentivando a criação de apostilas com sinais específicos dos cursos, reconhecendo que, em virtude da carga horária excessiva, eles podem adquirir algum problema de saúde; falta de apoio da universidade para atividades externas, como visitas técnicas, que precisam do tradutor intérprete de Libras, mas as vezes isso não é possível devido a questões burocráticas; interação entre o tradutor intérprete e o docente. Porém, o que mais chamou atenção é o fato de P4 dizer que a diminuição do aproveitamento do aluno surdo acontece quando a formação acadêmica do intérprete se distancia do curso superior em que atua. Ora, não existe em lugar nenhum o entendimento de que para atuar na graduação em História, por exemplo, o TILS precisa ser formado em História. Se assim fosse, não haveria tradutores intérpretes suficientes para suprir as demandas que, a cada dia, só aumentam. Para Santos (2014, p. 62), “a função de tornar acessível o que era incompreensível, tornando os discursos intelegíveis ao interlocutor surdo (e vice-versa) é a maior responsabilidade do TILS”, além disso, o que há regulamentado é que este profissional tenha formação em Letras Libras com habilitação em tradução e interpretação, mas isso é algo que ainda está em processo de construção.

4.3 Questionário aplicado aos alunos surdos

Com a finalidade de identificar a postura da maioria dos alunos ouvintes em relação ao aluno surdo, S1 disse que sempre fica sozinho, que poucos alunos conversam com ele e que a maioria olha para ele com desprezo. Esse mesmo sentimento foi compartilhado por S2 assim que chegou na UFMA:

quando os alunos ouvintes não me conheciam, eu sempre ficava sozinho. Eles sempre conversavam entre si, mas quando o TILS começou a sinalizar, os ouvintes ficaram sem entender. Eles desconheciam quem eu era e quem era o profissional que estava em sala. No passado, em 2016, eu tinha medo dos ouvintes pensarem que eu era burro. Mas depois, começamos a interagir, ter contato e amizade. (Comentário de S2. 2018.).

Experiência diferente foi vivida por S3, de acordo com ele, os alunos ouvintes ficaram preocupados desde o início por não saberem se comunicar, “queriam aprender como conversar comigo. Nas atividades, eu sempre sou inserido. Eu sinto que eles gostam de mim, porque procuram sempre se comunicar comigo. Nós somos amigos”.

Todos os discentes surdos entendem que a presença do tradutor intérprete no ensino superior é necessária. S1 explica que com o intérprete ele consegue desenvolver e ter acesso aos conhecimentos que o professor transmite. Já S2 e S3 concordam que com o TILS as barreiras da comunicação diminuem, mas S2 sabe que cada tradutor intérprete sinaliza de forma diferente e que isso é normal. S3 garante que sem o intérprete ele não consegue aprender já que precisa desse profissional para participar efetivamente das aulas.

Os alunos surdos comentaram que a atuação do intérprete de Libras não causa desconforto e é sempre necessária. S1 expõe que com o intérprete nunca teve prejuízos e que ele mesmo é o responsável pela aprendizagem e pelo sucesso ou fracasso no curso. S2 comentou que só tem prejuízos quando “o intérprete precisa faltar e não tem outro para substituí-lo” e que o TILS não é responsável por suas conquistas ou perdas. Ele considera que o intérprete de Libras é “somente um apoio que precisa estar em sala para minimizar a barreira da comunicação”, mas que ele, enquanto aluno, é o responsável por sua aprendizagem “da mesma forma que os ouvintes”. S3 fala que a culpa por seus fracassos e conquistas são dele mesmo, mas que ele é capaz de “conseguir transpor barreiras, sempre buscando um futuro melhor sem desistir da faculdade por conta das dificuldades”.

Em relação às perguntas: ‘Quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior? Qual a função dele em sala de aula?’ A opinião dos três são muito parecidas. S1 disse que “é

uma coisa boa. Ele é o profissional que interpreta na sala de aula e que é necessário para a inclusão. A função dele é escutar o que estão falando e sinalizar, mediando a comunicação”. Para S2 e S3, o TILS é o profissional que deve interpretar e traduzir da Libras para o Português, e vice-versa, todo o assunto que for abordado na sala e que ele tem a função de mediar a comunicação entre surdo x ouvinte. Além disso, S3 acredita que o tradutor intérprete de Libras “precisa entender os conteúdos específicos do curso, porque os assuntos são muito complicados e quando o intérprete não sabe, ele não consegue tornar o entendimento mais fácil”.

Em resposta ao questionamento ‘você acredita que o tradutor intérprete no ensino superior realmente repassa a você os conhecimentos e as informações durante as aulas?’ Todos os alunos surdos afirmaram que sim. A resposta completa pode ser vista abaixo:

Quadro 8 – Repassar os conhecimentos e as informações durante as aulas

S1	<i>Sim, porque ele é um profissional de verdade. Ele tem ética.</i>
S2	<i>Sim, com certeza ele repassa os conhecimentos. Por exemplo: quando o professor fala muito rápido e o intérprete não entende, ele pede ao professor para falar um pouco mais devagar, com calma, e solicita que ele explique novamente. As vezes o professor fala muito, mas o intérprete utiliza poucos sinais e nesse momento as pessoas podem achar que ele não está repassando as informações, mas o que acontece é que eles não entendem e não conhecem que a estrutura da Libras é diferente do Português.</i>
S3	<i>Sim, quando o professor explica, o intérprete também explica em Libras. Eu percebo que o intérprete sempre espera o professor começar a falar e um pouco depois ele começa a sinalizar. O intérprete faz com que eu entenda, ajuda a esclarecer as informações e os conteúdos, mas eu sei que ele não sinaliza todas as palavras do Português, pois a Libras tem organização diferente, porém ele consegue explicar o sentido.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Seguindo com a pesquisa, de modo a compreender como se dá a relação aluno surdo x TILS e sobre os conflitos/embates vivenciados com este profissional, os alunos surdos relataram que:

Quadro 9 – Embate com o TILS

S1	<i>Eu e o intérprete temos uma boa relação, interagimos sempre. Se, por exemplo, eu tenho dúvidas, eu pergunto e ele direciona ao professor. É realmente uma relação de amizade, companheirismo. Ele também ajuda a desenvolver a minha aprendizagem. Problemas? Sim, sempre tem problemas em todos os períodos, porque algumas vezes o intérprete precisa faltar e quando não tem outro para substituir, eu fico na sala sem saber o que o professor fala e isso me prejudica. É preciso que a UFMA tenha mais compromisso e responsabilidade para disponibilizar mais intérpretes.</i>
S2	<i>Temos uma relação de troca, interação e amizade. Eu gosto muito dos intérpretes que estão comigo, mas há respeito entre nós. Sobre embates? Sim, ano passado o professor chegou na sala e começou a escrever no quadro ao mesmo tempo que falava, explicando a aula. Simplesmente ele fingiu que eu nem existia. O intérprete avisou ao professor que eu eu copiava ou prestava atenção na explicação em Libras, uma vez que é impossível para o aluno surdo fazer as duas coisas ao mesmo tempo: copiar e olhar para o intérprete. Mas o professor falou que o problema não era dele que cabia ao TILS a responsabilidade de explicar para mim. O professor começou a sorrir, dizendo que não sabia o que o intérprete estava falando ali, já que ele não repassava os conteúdos. Eu me senti incomodado pedi para falar, defendi o intérprete. Os alunos ouvintes também defenderam. Eu, o intérprete e um aluno saímos da sala e nos dirigimos à coordenação para reclamar da postura do professor e eu escolhi trancar a disciplina porque o professor não tem respeito.</i>
S3	<i>Minha relação com o intérprete é de companheirismo, amizade e interação. Temos um relacionamento muito bom. Os intérpretes que me acompanham se preocupam comigo, se eles precisam faltar, sempre e avisam com antecedência. Eles são fundamentais para as informações chegarem até a mim. Sobre embates, nos primeiros dias do primeiro período foi bastante difícil, pois não tinha intérprete. Eu fiquei triste, os alunos ouvintes e os professores decidiram parar as aulas até que encontrassem uma solução, mas resolveu rápido. A UFMA tem poucos intérpretes, precisa pensar que o surdo sempre vai conseguir entrar na universidade e que é preciso mais profissionais.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Com os relatos presentes no quadro anterior, entende-se que os discentes surdos possuem uma boa relação com o tradutor intérprete de Libras, mas as vezes passam por problemas em função da ausência desse profissional na sala de aula e deixam claro que o quantitativo de TILS da universidade ainda é pouco. Outro embate foi vivenciado por S2, ele

contou que decidiu trancar uma disciplina em virtude de uma situação desagradável entre o TILS e o professor, por conta desse último não se achar responsável por ele, o aluno.

Ao final do questionário, os alunos surdos se posicionaram sobre inquietações referentes à atuação do tradutor intérprete no ensino superior. Segue as colocações deles:

Quadro 10 – Inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior

S1	<i>É importante que tenha o tradutor intérprete em todas as aulas. Isso é direito do surdo. É preciso que o intérprete tenha responsabilidade e compromisso, mas eu também preciso ser responsável, ter foco e estudar. O intérprete não é o responsável pelas minhas notas. Se, por exemplo, eu não fizer uma prova ou não saber como responder, a culpa é minha. Se eu conseguir uma boa nota, a responsabilidade também é minha. O mesmo acontece com os alunos ouvintes. O intérprete só é responsável por mediar a comunicação.</i>
S2	<i>Eu gosto do intérprete, ele é um profissional sério, mas eu sinto que a UFMA precisa perceber que o intérprete não pode ficar sozinho. Ele precisa ter cuidado com a saúde, pois a interpretação pode trazer problemas de saúde para o intérprete. Na minha sala, uma intérprete está afastada por conta de lesão. Eu fico preocupado!</i>
S3	<i>Eu fico triste se não tiver o intérprete em sala de aula, ele não tem responsabilidade com o meu sucesso ou fracasso, mas ele é importante para que eu continue no curso e consiga avançar. Espero que ele sempre esteja nas minhas aulas. A UFMA deve compreender que precisa ter mais intérpretes trabalhando, porque as vezes o intérprete precisa faltar, ele também tem problemas, mas o surdo também precisa ter sempre o intérprete com ele. É um direito.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

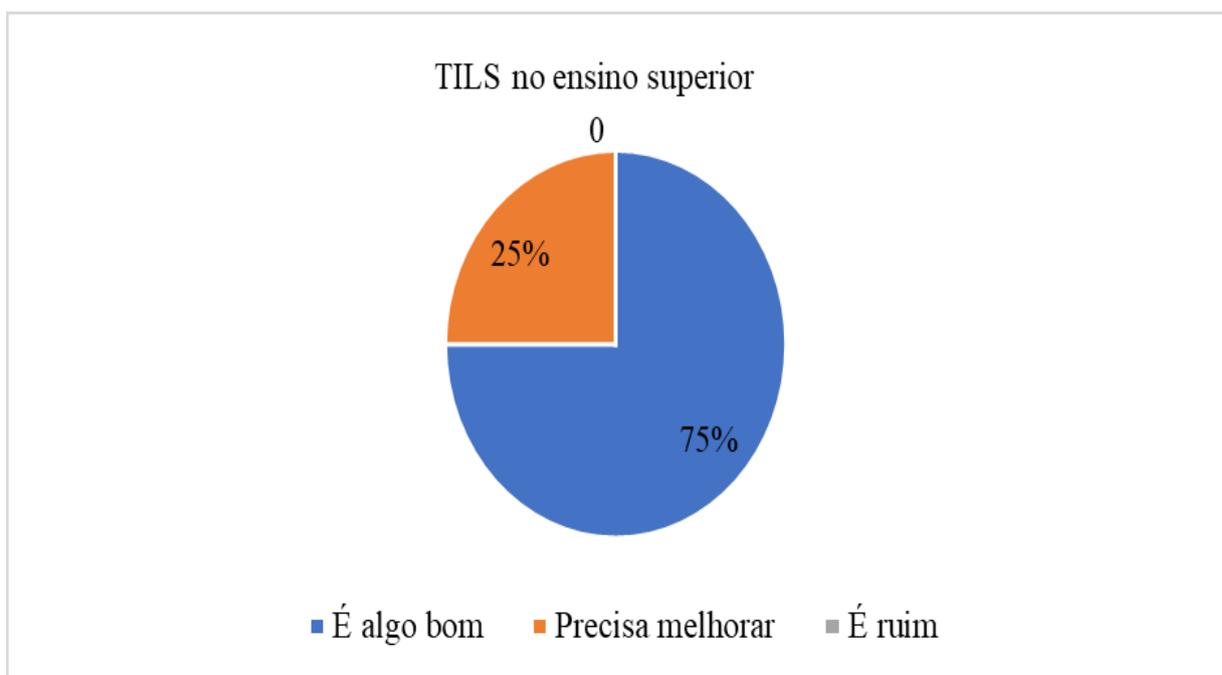
Ao analisar o depoimento dos alunos surdos, percebe-se que eles têm bastante receio de não ter a presença do TILS em sala de aula. Eles compreendem que imprevistos podem acontecer com o tradutor intérprete, mas também consideram que não devem ficar sem o acesso aos conteúdos e as informações por não ter a tradução e interpretação nesses casos, como citado por Santos (2014, p. 24), “a ausência de intérpretes em modelos ditos inclusivos é inaceitável”. Assim, sugerem que a universidade perceba que há a necessidade de existir mais intérpretes para que eles, os alunos surdos, não sejam prejudicados e para que os TILS não sejam afastados do trabalho por problemas de saúde ocasionados em função da atuação excessiva.

4.4 Questionário aplicado aos alunos ouvintes

Questionados sobre a inclusão, todos os alunos ouvintes responderam que o estudante surdo precisa estar em sala de aula com o apoio do tradutor intérprete de Libras, pois este profissional pode ajudar a entender as peculiaridades relacionadas ao aluno. Para eles, além da presença do TILS, o professor deve utilizar estratégias que favoreçam o aprendizado do aluno surdo, mas que os discentes ouvintes também devem incluí-lo em todas as atividades do curso, embora o próprio surdo precisa ter ciência de que ele é o centro do processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa se interessou em saber qual a visão do aluno ouvinte sobre a presença do tradutor intérprete no ensino superior, a resposta foi a seguinte:

Gráfico 7 – Como é vista a presença do TILS no ensino superior



Fonte: A autoria própria. 2018.

Pelo gráfico 7, percebe-se que 75% dos alunos ouvintes consideram que a presença do tradutor intérprete de Libras na graduação é algo bom. O1, por exemplo, explica que a presença do tradutor intérprete no ensino superior “é importante para ajudar na integração do aluno surdo, porque todos tem direito à educação e o intérprete ajuda a garantir esse direito”. O2, O4, O5 e O7 complementam dizendo que o TILS possibilita a comunicação. O8 menciona que além de ser necessário para o surdo também é “importante para que todos os

outros alunos sejam capazes de compreender que o aluno surdo tem especificidades”. Os outros 25% acreditam que a atuação do TILS precisa melhorar, justificam dizendo que há a necessidade de aumentar a quantidade de intérpretes uma vez que, de acordo com A6, “há um déficit muito grande no quesito número de intérpretes na UFMA e isso tem como consequência a falha no processo de aprendizagem desses alunos”.

Todos os alunos ouvintes comentaram que a atuação do tradutor intérprete de Libras não traz nenhum desconforto, incômodo ou mal-estar para a sala. Para O1, “ele não faz nenhum barulho, nem interrompe a fala do professor e não está em sala à toa, mas com um objetivo” além disso, para O3, a presença dele “acaba encurtando o processo de entrosamento com o aluno surdo”, ajudando a “aguçar os demais alunos a ter interesse em aprender Libras” (O5). Segundo O2, a atuação do tradutor intérprete no ensino superior “é compatível com a proposta do curso, que visa favorecer os meios para permanência do aluno e, de modo indireto, incentiva os outros estudantes a querer aprender outra língua, nesse caso, a Libras”.

Em relação a pergunta ‘quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior’, chamou atenção o posicionamento de O5 por não considerar o TILS como um profissional, mas apenas como “uma pessoinha que está em sala de aula apenas para o aluno surdo”, um discurso totalmente desnecessário, enquanto os outros disseram que ele é “um profissional qualificado que auxilia no processo de aprendizagem e comunicação da pessoa surda, estabelecendo uma ponte entre o surdo e as demais pessoas da sala”.

Sobre a função dos TILS, todas as respostas obtidas se direcionaram para a função de mediadores da comunicação nas relações aluno surdo x professor, aluno surdo x aluno ouvinte, mas para O1 ele também tem a função de “garantir a igualdade no ensino” favorecendo a “inclusão dos alunos surdos”, conforme dito por O6, de forma que “não haja prejuízo no aprendizado desses alunos” (O4).

Indagados se, na opinião deles, o tradutor intérprete realmente repassa ao aluno surdo os conhecimentos e as informações durante as aulas, a resposta foi unânime, uma vez que todos acreditam que sim. Segue a justificativa de cada um deles:

Quadro 11 – Repassar os conhecimentos e as informações durante as aulas

O1	<i>O intérprete é um profissional que deve estar compromissado com a aprendizagem do aluno. É mister que em toda tradução ocorre que alguns detalhes podem ser mudados, mas nada que vá deixar o aluno surdo em completa desvantagem em relação aos outros.</i>
----	---

O2	<i>A mensagem sim, porém acredito eu, que toda tradução perde parte do seu conteúdo original, para que possa fazer sentido na outra língua.</i>
O3	<i>Isso se comprova pelas intervenções que o aluno faz na aula.</i>
O4	<i>Mas depende da dedicação do profissional.</i>
O5	<i>Pelo pouco conhecimento que tenho, consigo entender o que os sinais significam.</i>
O6	<i>O tradutor intérprete estudou para desempenhar tal função.</i>
O7	<i>Esse é o papel deles e eles desempenham com compromisso e seriedade.</i>
O8	<i>É a função deles e eles têm uma boa relação com os alunos surdos, por isso acredito que eles repassam sim as informações.</i>

Fonte: Aatoria própria. 2018.

A partir das justificativas acima, percebe-se que tanto O1 quanto O2 entendem que em uma tradução, conforme Derrida (2002 apud Martins, 2008 p. 83), “sempre haverá um resto intraduzível. É exatamente esse não-todo da tradução que distancia o texto original e faz do texto traduzido uma outra e nova escritura”, em virtude de “uma cultura traduzir à outra sua constituição, seus valores, as realidades escolhidas e seu modo de representação cultural” (PERLIN, 2006, p. 142). O3 entende que, devido ao fato do aluno participar das aulas, o conteúdo é repassado pelo intérprete. O6, O7 e O8 justificam suas opiniões pelo fato de considerarem o TILS como um profissional. O5 garante que os tradutores intérpretes repassam tudo ao aluno surdo em virtude desse aluno saber alguns sinais em Libras, mas O4 diz que o repasse de informações só é possível se o profissional for dedicado.

Na pesquisa, um dos pontos que merece destaque é se os alunos ouvintes consideram o tradutor intérprete como responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo ou se a atuação dele pode causar prejuízos para a aprendizagem do surdo. Segue as respostas:

Quadro 12 – O TILS é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo?

O1	<i>Se o intérprete de Libras não fizer bem o seu trabalho, pecar nas traduções, ele traz alguns prejuízos aos alunos surdos. Se o intérprete for responsável com o seu trabalho, ele não deve prejudicar o aluno. Ele não é o responsável direto pelo sucesso ou fracasso do aluno, desde que ele execute de maneira correta a sua função, mas se o aluno for ‘desleixado’ não vai adiantar nada.</i>
----	---

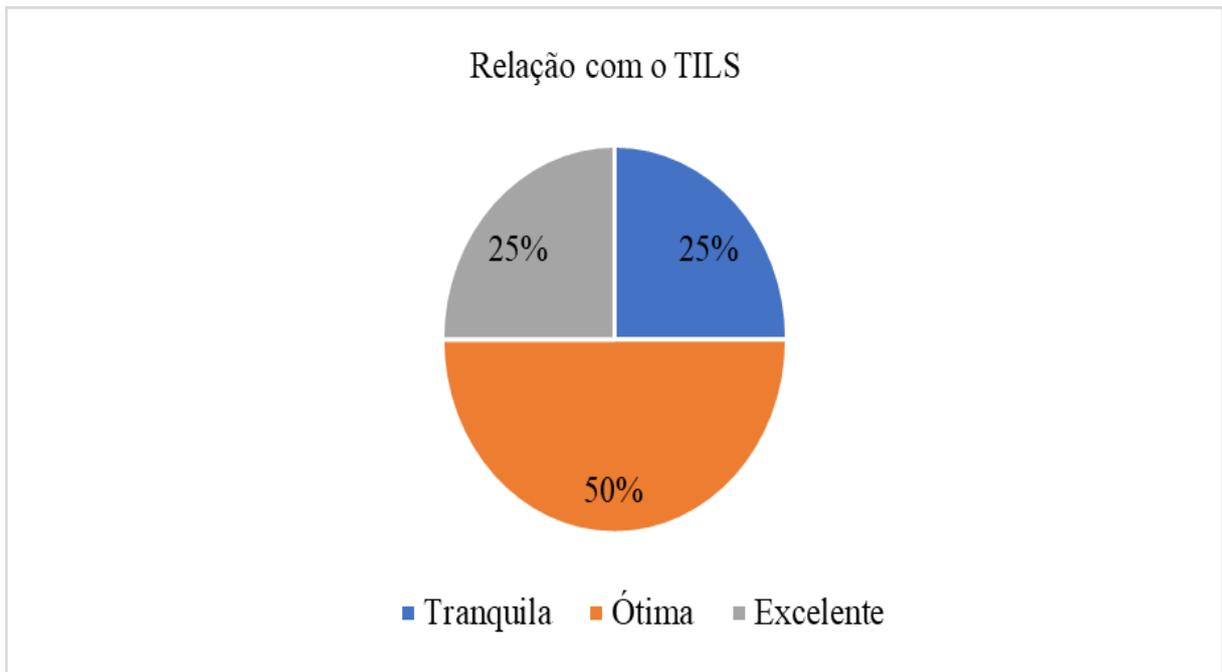
O2	<i>Essa questão é muito relativa, pois a ideia é que esses profissionais viabilizem o processo de aprendizagem, mas não podemos esquecer que o estudante surdo deve ser entendido como sujeito de sua história ou seja, indagando sobre conceitos que não fixou.</i>
O3	<i>Ele colabora, portanto, não acredito que podem trazer prejuízos, mas o fato de haver poucos intérpretes na instituição, a falta deles acarreta prejuízos.</i>
O4	<i>Sim, pois se ele não executa a interpretação do conteúdo de maneira adequada, o aluno terá prejuízos. No entanto, o aluno surdo também precisa dedicar-se ao aprendizado.</i>
O5	<i>Não, cada um é capaz basta querer, como já disse antes, ele é um facilitador.</i>
O6	<i>Não. A presença dos mesmos auxilia no aprendizado, mas o sucesso ou fracasso é individual do aluno, ou seja, depende dele se esforçar ou não.</i>
O7	<i>No caso de faltar, o aluno surdo pode sim ser prejudicado, porém ele não é totalmente responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno. Este pode ir atrás das informações sem esperar sempre pelo intérprete.</i>
O8	<i>Ele não é responsável direto, pois depende também do aluno, do professor, mas também da tradução.</i>

Fonte: Autoria própria. 2018.

Com base nas respostas do quadro anterior, mostra-se evidente que há aqueles que consideram o TILS como responsável pelas conquistas ou derrotas do aluno surdo, ressaltando para isso o desempenhar bem sua função: traduzir e interpretar. Mas há quem diga que ele não é o “responsável direto” (O8), uma vez que depende também do professor e do próprio aluno. O5 e O6 dizem que os tradutores intérpretes não podem ser responsabilizados pelo sucesso ou fracasso dos discentes surdos, pois depende do aluno. O7 se preocupa com a ausência do TILS em sala, no caso da necessidade de faltar e não ter outro para substituir, porque nessa situação o aluno pode ser prejudicado, mas também explica que o surdo precisa correr atrás das informações e não apenas esperar do intérprete.

No que tange à relação do aluno ouvinte x TILS, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 8 – Relação aluno ouvinte x TILS



Fonte: Autoria própria. 2018.

É interessante que, com base no gráfico 8, apesar de não ser uma questão objetiva, os estudantes ouvintes deram respostas parecidas, ou seja, metade deles possui uma relação ótima com os TILS, dois deles tem uma interação bastante tranquila e os outros dois tem um contato excelente.

Com o questionário também foi possível saber se os alunos ouvintes já vivenciaram algum conflito/embate relacionado ao TILS no ensino superior. 75% responderam que nunca presenciaram ou experienciaram algum conflito com o profissional tradutor intérprete. 25% citaram que sim, para um desses o embate presenciado foi “uma má postura (falta de respeito) de um professor em relação a um intérprete em sala de aula. O professor tratou o intérprete de forma humilhante por entender que a responsabilidade do aluno era do intérprete e não dele”. Para o outro, “não no sentido de conflito, mas sim no sentido de troca de ideias, pois me sinto curioso quanto a técnica e a pedagogia referente a tradução da Libras, as frases com sentido figurado e quanto a leitura e a escrita”.

Por fim, deixou-se livre para que os alunos ouvintes comentassem se existia alguma inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior. O2, O3 e O6 explicitaram que há a necessidade de um maior número de intérpretes na universidade para atender a demanda que cada dia aumenta. O2 vai um pouco mais além ao dizer que a UFMA precisa se preocupar com a saúde do TILS, pois se trata de uma atividade que envolve “risco ao profissional, tendo

em vista que o esforço repetitivo, devido à carga horária excessiva de atuação, pode gerar doenças do trabalho como é o caso da LER”. O4 cita que “é necessária uma melhor comunicação entre tradutores e docentes na questão de horários para que não entrem em conflito nesse aspecto”. O5 não teve nada a dizer. O7 e O8 colocaram que, apesar de ter acontecido poucas vezes, quando o tradutor intérprete falta ou não chega no horário, ficam preocupados com a aprendizagem dos alunos surdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior é uma demanda existente devido a uma política inclusiva baseada nos pressupostos filosóficos do bilinguismo e pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que torna possível a sua inserção nas instituições de ensino superior a partir da criação do cargo e a realização regular de seu provimento com o objetivo de garantir, ao aluno surdo, um atendimento em Língua de Sinais. Mas, a presença desses profissionais no contexto em questão, envolve uma série de indagações, questionamentos, pensamentos, ou seja, olhares direcionados a sua prática.

Assim, com o interesse de compreender as percepções sobre a ação do tradutor intérprete de Libras na UFMA, foi aplicado questionários com perguntas abertas e fechadas para TILS, docentes, discentes surdos e ouvintes. As perguntas versaram sobre o perfil de cada um dos participantes (que tiveram suas identidades resguardadas), sobre o entendimento deles acerca da inclusão dos alunos surdos no ensino superior, conseqüentemente da presença do tradutor intérprete de Libras, além de abordarem as relações do TILS com os outros sujeitos presentes em sala de aula e sobre as especificidades que envolvem a prática desse profissional.

Com esta pesquisa, percebeu-se que todos os TILS participantes são técnicos administrativos que ocupam o cargo de tradutor intérprete de linguagem de sinais em nível D e isso acarreta descontentamento entre eles em virtude de não possuírem uma remuneração que corresponda com a atividade que desenvolvem. Ademais, a própria nomenclatura do cargo deixa a desejar e demonstra que há a necessidade de uma reformulação.

Apesar de todos os alunos surdos serem atendidos regularmente por TILS, uma situação visualizada principalmente no olhar do discente surdo e do ouvinte é a preocupação com a quantidade de profissionais tradutores intérpretes na UFMA. Para eles, há a necessidade de um maior número de TILS para ser possível a substituição nos casos em que o profissional designado para o atendimento precise se ausentar e/ou chegar atrasado, objetivando que o aluno surdo não fique em sala de aula sem a presença do tradutor intérprete e também para que a atividade tradutória interpretativa não gere problemas de saúde, como os casos de lesão por esforço repetitivo. Essa problemática também é sentida no olhar do TILS, pois nem sempre há a possibilidade do trabalho em duplas, revezando entre si. Em muitos

casos, atuam sozinhos e, devido a uma carga horária exaustiva, algumas vezes são acometidos por doenças ocupacionais.

Neste estudo, entendeu-se que apesar da maioria dos docentes não terem tido nenhuma formação sobre a inclusão, buscam fazer com que o aluno surdo seja incluído nas aulas. Da mesma forma que o TILS utiliza estratégias para um melhor desempenho em sua prática.

O entendimento dos participantes sobre quem é o TILS e a função dele no ensino superior demonstram que ainda não há uma definição clara para alguns docentes, alunos surdos e ouvintes sobre a identidade e o papel desse profissional, mas foi percebido que todos os tradutores intérpretes de Libras têm autoconhecimento sobre a atuação e os limites da sua prática. Os docentes também compreendem isso, embora as opiniões vão desde traduzir, interpretar e se adequar à demanda dos alunos surdos (fato bastante complexo e preocupante).

Tanto o professor quanto o aluno surdo e o ouvinte, consideram que a presença do TILS na sala de aula não gera nenhum desconforto, pelo contrário, causa uma certa segurança por acreditarem que ele é essencial para a inclusão e por terem certeza de que ele repassa os conteúdos/informações para o aluno surdo.

A relação do tradutor intérprete com os demais sujeitos, na maioria das vezes, se dá de maneira respeitosa e profissional, mas ainda há entraves ocasionados pelo conflito de informações sobre as responsabilidades do TILS, comprovado, principalmente, nas falas dos tradutores intérpretes.

Outro ponto que chamou atenção é que a maioria dos docentes, dos alunos surdos e ouvintes concordam que o tradutor intérprete não pode ser considerado o único responsável pelo fracasso ou sucesso do aluno surdo, uma vez que ele, assim como os demais sujeitos, é apenas uma parte envolvida no processo. Os docentes, por exemplo, dizem que o TILS pode ajudá-los a entender as especificidades do aluno surdo, mas só a presença dele não é suficiente para tornar o ambiente inclusivo. Esse pensamento está presente também nas percepções dos tradutores, pois a maioria deles se considera participante do processo ao se questionar se estão conseguindo repassar de maneira correta as informações e ao incentivar que o aluno surdo procure auxílio do professor quando há dificuldades. De fato, o tradutor intérprete é um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, mas não o único.

Com a pesquisa, em relação aos olhares de outro TILS, o tradutor intérprete se percebe como um profissional, um colega de trabalho e as vezes um apoio. No olhar do docente, ele

também se vê como um profissional que atua em uma área pouco conhecida e as vezes é tido como um intruso que está ali para dificultar o trabalho. Na visão do aluno surdo, ele se considera como alguém que muitas vezes precisa explicar que não é babá do aluno. E, no olhar da maioria dos discentes ouvintes, se sente como aquele que contribui para o desenvolvimento do estudante surdo. De maneira geral, o TILS foi considerado por todos como alguém essencial para a inclusão.

Neste trabalho também foi identificado que a atuação do TILS no ensino superior ainda é marcada por muitos embates que foram mapeados nos discursos de todos os participantes, que vão desde a falta de respeito com o profissional tradutor intérprete até a falta de comunicação e entendimento sobre sua prática. Na opinião dos tradutores, as maiores dificuldades existentes em sua ação relacionam-se a falta de condições adequadas de trabalho, ausência de vocabulário específico e falta de clareza sobre a função deles. Eles afirmaram que, para otimização da atuação, seria interessante que houvesse orientação para todos os sujeitos sobre as peculiaridades do seu trabalho e que os professores disponibilizassem com antecedência os materiais pois, apesar de alguns docentes terem afirmado que disponibilizam os conteúdos, isso ainda não é uma prática coletiva.

Com este trabalho foi evidenciado que existem muitas inquietações acerca da atuação do TILS no ensino superior na UFMA. Para os docentes, é necessário que haja uma melhor interação entre eles, que no início do período exista formação, que a instituição se preocupe mais com esse profissional e incentive a confecção de materiais com sinais específicos. Os alunos surdos têm receio de não terem o profissional em sala de aula, principalmente por motivos de saúde, por isso sugeriram que a universidade contrate mais TILS. Essa também é uma preocupação dos alunos ouvintes, pois eles acreditam que a ausência do intérprete prejudica a participação do aluno surdo na aula. Para os tradutores intérpretes, a falta de carreira no PCC TAE e a ausência de um salário digno é bastante desmotivador.

Por fim, vale dizer que a pesquisa atingiu os objetivos propostos e que a questão inicial relacionada a ausência de autoconhecimento sobre a atuação do TILS foi a única que não se confirmou, uma vez que todos os tradutores intérpretes têm conhecimento acerca de sua prática. Assim, os olhares do docente, do TILS, do aluno surdo e do ouvinte são balizadores para a compreensão da prática do tradutor intérprete no contexto investigado e contribuem para que a instituição possa ter uma visão mais humanizada acerca da atividade tradutória interpretativa do TILS e possibilitem que ele obtenha mais conquistas no espaço em que atua.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BLANCO, Leila de Macedo Varela; GLAT, Rosana. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial [da] União, Brasília, 2 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **LEI N° 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial [da] União, Brasília, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Evolução da educação especial no Brasil.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **Programa Incluir.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em 10 maio 2018.

COIMBRA, Tanyse Ribeiro. **O bilinguismo como possibilidade real de inclusão do aluno com surdez no ensino regular.** 2012. 56 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). FACAM, São Luis, 2012.

DEIMLING, Natália Neves Macedo; MOSCARDINI, Saulo Fantato. **Inclusão escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios.** 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/9325/6177>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

GURGEL, TAÍS MARGUTTI DO AMARAL. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior**. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2010.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**. In: Cadernos de Educação, v. 36, p. 133-153, Pelotas: UFPel, 2010.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito**. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado). UNICAMP, Campinas, 2008.

MARTINS, Diléia Aparecida. **Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior**. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC, Campinas, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Declaração de Salamanca**. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NOGUEIRA, C.M.M; NOGUEIRA, M.A. **A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu**. Revista Educação e Sociedade, ano XXIII, nº78, p.15-35, abril, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: ONU, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PAGURA, R. J. **A interpretação de Conferências:** interfaces com a tradução, escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. In: DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.19, 2003.

PERLIN, Gladis. **A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais (ils).** In: Educação temática digital (ETD). Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. QUADROS, R.M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais.** In: Textura. Canoas, n.3, p.53-61, 2000.

_____. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

_____. **Prefácio.** In: MACHADO, Paulo Cesar. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. **Letras Libras EaD.** In: QUADROS, Ronice Müller de (org.). Letras Libras: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O fazer do intérprete educacional:** práticas, estratégias e criações. 2014. 203 f.: Tese (Doutorado em Educação Especial). UFSCar, São Carlos, 2014.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais:** um estudo sobre as identidades. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2006.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; MASUTTI, Mara Lúcia. **Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção.** In: QUADROS, Ronice Muller de (org.). Estudos surdos III. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

SEGEP. **Edital nº 01/2009 - de abertura de inscrições - 06/10/09.** Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/seduc-secretaria-estadual-de-educacao-ma-5320-vagas>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

_____. **Edital de concurso público SEGEP nº. 001 de 06/11/2015.** Disponível em: <http://www.ma.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Edital_001_SEGEP-SEDUC_2015.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

SILVA, Diná Souza da. **A atuação do intérprete de libras em uma instituição de ensino superior.** 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Keli Maria de Souza Costa. **Intérprete de Língua de Sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos.** 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFU, Minas Gerais, 2013.

SOBRAL, A. U. **Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução.** São Paulo: SBS, 2008.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. **Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores/intérpretes de libras de São Luís.** Revista Littera, v. 1, nº 1, Deler: UFMA, 2010.

SOUZA, R. M. **Práticas alfabetizadoras e subjetividade.** In: In: LACERDA, C., GÓES, M. C. R. (Orgs.) Surdez - Processos educativos e subjetividade. S. Paulo: Lovise, 2000.

STEWART, D.; SCHEIN, J.; CARTWRIGHT, B. **Sign language interpreting.** Allyn & Bacon. Boston. 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Histórico da UFMA**. Disponível em: <<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>>. Acesso em 10 maio 2018.

_____. **Resultado vestibular 2008**. Disponível em: <https://ayres1000.files.wordpress.com/2008/02/res_vest_2008_primeira_etapa.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

_____. **Edital GR 1/2009, de 16 de janeiro de 2009**. Disponível em: <<http://www.prh.ufma.br/edital2009.PDF>>. Acesso em 9 abr. 2018.

_____. **Edital PRH nº 1/2013, de 13 de dezembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.concursos.ufma.br/editais/0613.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a)

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido faz parte de uma pesquisa de TCC intitulada “O tradutor intérprete de Libras: percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado, cujo objetivo geral é compreender as percepções sobre a atuação desse profissional em cursos superiores desta IES. A Pesquisa conta com a orientação da Prof.^a Dra. Audrei Gesser, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Sua participação nessa pesquisa é opcional, você pode não aceitar participar ou desistir a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UFSC ou com a UFMA.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada a sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo, mas você obterá orientações e/ou esclarecimentos a respeito de todo o processo.

Caso aceite participar, gostaria que soubesse que sua identidade será mantida em sigilo, em hipótese alguma será divulgado informações pessoais e/ou informações que poderiam causar danos à sua privacidade. Será realizada a coleta de dados por meio de aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em revistas e congressos.

Você receberá uma cópia deste termo, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa ou sobre sua participação através do e-mail: tan_veni@hotmail.com. Agradeço sua colaboração!

Att, Tanyse Ribeiro Coimbra (aluna do curso de Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC).

Declaro que entendi todas as informações presentes neste termo e concordo em participar desta pesquisa. **São Luis, ___/___/___.**

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LIBRAS

Tradutor@ intérprete de Libras, este questionário faz parte da pesquisa intitulada “O tradutor intérprete de Libras: percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado” que objetiva compreender as percepções sobre a atuação desse profissional em cursos superiores desta IES.

Assim, conto com a sua colaboração para responder aos questionamentos abaixo. Obrigada!

1ª Qual a sua formação?

- a) Concluindo a graduação
- b) Graduado
- c) Especialista
- d) Mestre
- e) Doutor

2ª Há quantos anos atua no ensino superior?

- a) Entre 1 a 2 anos
- b) De 2 a 4 anos
- c) Entre 4 a 6 anos
- d) Mais de 6 anos

3ª Ao observar as dificuldades/dúvidas do aluno surdo no ensino superior, o que você faz?

- a) Não faço nada, porque a responsabilidade é do professor.
- b) Aviso ao professor e peço que ele explique novamente, ainda que o aluno não solicite.
- c) Incentivo o aluno surdo a procurar o auxílio do professor.
- d) Digo para o aluno surdo pedir ajuda ao colega.

4ª Possui formação específica para atuar como tradutor e intérprete de Libras? Cite.

5ª Você se sente responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno surdo no ensino superior?

6ª Comente de forma sucinta sobre:

- a) Quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior.
- b) A função do TILS em sala de aula no ensino superior.

7ª Como você vê a presença do tradutor intérprete de Libras no ensino superior?

8ª No que tange a sua atuação no ensino superior, como você se sente em relação ao olhar:

- a) Do professor.
- b) Do aluno surdo.
- c) Do aluno ouvinte.
- d) De outro intérprete.

9ª Objetivando desenvolver a prática tradutória interpretativa no ensino superior, quais as estratégias utilizadas em sua atuação?

10ª Você conhece os limites de sua atuação? Cite-os.

11ª Quais as dificuldades encontradas em sua atuação no ensino superior? O que é necessário para otimizar o seu trabalho?

12ª Como se dá a relação (no ensino superior):

- a) Professor x TILS.
- b) Aluno surdo x TILS.
- c) Aluno ouvinte x TILS.
- d) TILS x TILS.

13ª Já vivenciou algum embate com o professor, com outro TILS, com o aluno surdo ou com o aluno ouvinte no ensino superior? Comente.

14ª Há alguma inquietação sobre a sua atuação no ensino superior que você gostaria de comentar?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES

Professor@, este questionário faz parte da pesquisa intitulada “O tradutor intérprete de Libras: percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado” que objetiva compreender as percepções sobre a atuação desse profissional em cursos superiores desta IES.

Assim, conto com a sua colaboração para responder aos questionamentos abaixo. Obrigada!

1ª Qual a sua formação?

- a) Especialista
- b) Mestre
- c) Doutor
- d) PhD

2ª Qual o seu nível de conhecimento sobre a inclusão do aluno surdo?

- a) Sei que ele precisa estar em sala de aula e que existe uma pessoa responsável pela aprendizagem dele, o tradutor intérprete de Libras.
- b) Sei que ele precisa estar em sala de aula com o apoio do tradutor intérprete de Libras e que cabe ao intérprete me dizer como devo ensinar os conteúdos da minha disciplina.
- c) Sei que pode aprender sem o tradutor intérprete de Libras, mas preciso pensar em estratégias para que ele avance no curso.
- d) Sei que ele precisa estar em sala de aula com o apoio do tradutor intérprete de Libras (este profissional pode me ajudar a entender as peculiaridades relacionadas ao aluno surdo), mas tenho a responsabilidade de utilizar estratégias que favoreçam a aprendizagem dele.

3ª Ao observar as dificuldades/dúvidas do aluno surdo em sala de aula no ensino superior, o que você faz?

- a) Não faço nada, porque a responsabilidade é do tradutor intérprete de Libras.
- b) Explico, com o auxílio do tradutor intérprete de Libras, quantas vezes for necessário.
- c) Como o aluno surdo consegue me entender sem usar Libras, algumas vezes falo diretamente com ele sem que haja a interferência do tradutor intérprete de Libras.
- d) Digo ao surdo, as vezes sem o auxílio do tradutor intérprete, para que ele peça ajuda ao colega.

4ª Recebeu alguma orientação ou possui algum curso sobre como deve ser a metodologia de ensino ao aluno surdo em sala de aula? Se sim, qual? Se não, o que você pensa sobre isso?

5ª A atuação do tradutor intérprete de Libras pode trazer prejuízos para a aprendizagem dos alunos surdos? Ele é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno no ensino superior?

6ª De que forma você contribui para que o aluno surdo, no ensino superior, faça parte do processo de ensino-aprendizagem? Quais as estratégias usadas em sua atuação?

7ª Como você vê a presença do tradutor intérprete de Libras no ensino superior?

8ª Comente de forma sucinta sobre:

- a) Quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior.
- b) A função dele em sala de aula no ensino superior.
- c) Os limites da atuação desse profissional no ensino superior.

9ª Você se sente à vontade com a presença do tradutor intérprete em suas aulas, no ensino superior? Comente.

10ª Você acredita que, durante as suas aulas no ensino superior, o tradutor intérprete de Libras realmente repassa os conhecimentos e as informações para o aluno surdo? Justifique.

11ª Em sua opinião, o tradutor intérprete de Libras pode auxiliá-lo no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo? Justifique.

12ª Já vivenciou algum embate com o tradutor intérprete de Libras no ensino superior?

13ª Qual a sua relação com o tradutor intérprete de Libras que atua no ensino superior?

14ª Há alguma inquietação sobre a atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior que você gostaria de comentar?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS SURDOS

Alun@, este questionário faz parte da pesquisa intitulada “O tradutor intérprete de Libras: percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado” que objetiva compreender as percepções sobre a atuação desse profissional em cursos superiores desta IES.

Assim, conto com a sua colaboração para responder aos questionamentos abaixo. Obrigada!

1ª Qual a sua idade? Há quantos você estuda em sala de aula no ensino superior com o apoio do tradutor intérprete de Libras?

2ª Qual o seu conhecimento sobre a Libras e a Língua Portuguesa?

Libras	Língua Portuguesa
<input type="checkbox"/> Básico	<input type="checkbox"/> Básico
<input type="checkbox"/> Intermediário	<input type="checkbox"/> Intermediário
<input type="checkbox"/> Avançado	<input type="checkbox"/> Avançado

3ª Como você vê a presença do tradutor intérprete de Libras no ensino superior? Explique.

- a) É algo bom.
- b) Precisa melhorar.
- c) É ruim.

4ª Qual a postura da maioria dos alunos ouvintes, no ensino superior, em relação a você?

5ª Se possível, comente sobre:

- a) Para você, quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior?
- b) Em sua opinião, qual a função do tradutor intérprete em sala de aula no ensino superior?

6ª A atuação do tradutor intérprete no ensino superior lhe traz algum desconforto, incômodo ou mal-estar? A atuação dele já trouxe prejuízos para a sua aprendizagem?

7ª Você acredita que o tradutor intérprete de Libras no ensino superior realmente repassa a você os conhecimentos e as informações durante as aulas? Justifique.

8ª Você considera o tradutor intérprete como responsável pelo seu sucesso ou fracasso no ensino superior?

9ª Responda:

a) Qual a sua relação com o tradutor intérprete de Libras que atualmente lhe atende no ensino superior?

b) Já vivenciou algum embate com o tradutor intérprete de Libras no ensino superior?

10ª Há alguma inquietação sobre a atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior que você gostaria de comentar?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS OUVINTES

Alun@, este questionário faz parte da pesquisa intitulada “O tradutor intérprete de Libras: percepções sobre a atuação no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Dom Delgado” que objetiva compreender as percepções sobre a atuação desse profissional em cursos superiores desta IES.

Assim, conto com a sua colaboração para responder aos questionamentos abaixo. Obrigada!

1ª Qual a sua idade?

2ª Qual o seu nível de conhecimento sobre a inclusão do aluno surdo?

a) Sei que ele precisa estar em sala de aula e que existe uma pessoa responsável pela inclusão dele, o tradutor intérprete de Libras.

b) Sei que ele precisa estar em sala de aula com o apoio do tradutor intérprete de Libras e que cabe ao intérprete dizer ao professor como ele deve ensinar os conteúdos da disciplina.

c) Sei que ele pode aprender sem o tradutor intérprete de Libras, mas é preciso que o professor pense em estratégias para que ele avance no curso e que eu e os demais colegas ouvintes devemos ter uma postura que contribua para que ele se sinta parte da nossa sala.

d) Sei que ele precisa estar em sala de aula com o apoio do tradutor intérprete de Libras (este profissional pode ajudar a entender as peculiaridades relacionadas ao aluno surdo), mas o professor tem a responsabilidade de utilizar estratégias que favoreçam a aprendizagem dele. Além disso, eu e os demais alunos ouvintes, devemos incluí-los em todas as atividades.

3ª Como você vê a presença do tradutor intérprete de Libras no ensino superior? Explique.

a) É algo bom.

b) Precisa melhorar.

c) É ruim.

4ª Há quantos anos você estuda em sala de aula com aluno surdo no ensino superior? Desde o início há a presença do tradutor intérprete?

5ª Se possível, comente sobre:

a) Para você, quem é o tradutor intérprete de Libras no ensino superior?

b) Em sua opinião, qual a função do tradutor intérprete em sala de aula no ensino superior?

6ª A atuação do tradutor intérprete no ensino superior traz algum desconforto, incômodo ou mal-estar para a sala? Explique.

7ª Você acredita que o tradutor intérprete de Libras no ensino superior realmente repassa ao aluno surdo os conhecimentos e as informações durante as aulas? Justifique.

8ª A atuação do tradutor intérprete de Libras pode trazer prejuízos para a aprendizagem dos alunos surdos? Ele é responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno no ensino superior?

9ª Qual a sua relação com o TILS no ensino superior? Já vivenciou algum embate?

10ª Há alguma inquietação sobre a atuação do TILS no ensino superior que você gostaria de comentar?